

Julice Salvagni
Organização



Prefácio de
Roseli Fígaro

MULHERES, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

UMA LEITURA DE SILVIA FEDERICI

MULHERES, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Uma leitura de Silvia Federici

Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções



Gest
Ações



UFRGS, Porto Alegre, 2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Escola de Administração da UFRGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS
Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

Organização

Julice Salvagni

Capa e Editoração

Julice Salvagni

Arte da Capa

Ana Cláudia de Moura Cabral

Autoras

Alessandra Ghiorzi

Ana Cláudia de Moura Cabral

Bárbara Birk de Mello

Lucélia Amaral Gomes

Maira de Souza Ricardo

Regina Weber



Publicado sob licença

Creative Commons Atribuição – Não Comercial CC BY-NC 4.0

© dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Escola de Administração/UFRGS)

M956 Mulheres, trabalho e políticas públicas: uma leitura de Sílvia Federici
[recurso eletrônico] / Organização Julice Salvagni. – Porto Alegre: UFRGS.
Grupo de Estudos e Ações Sobre Mulheres e Trabalho, 2023.
178 p. : il., digital.

ISBN 978-65-00-85740-5

1. Políticas públicas. 2. Mulheres. 3. Trabalho. I. Título II. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de Estudos e Ações Sobre Mulheres e
Trabalho. III. Salvagni, Julice (Org.)

CDU: 351:331.1



Conselho Editorial

Grupo de Estudos e Ações Sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

Alessio Bertolini - Glasgow, Escócia - University of Glasgow
Alexandre B. da Silveira – São Leopoldo, Brasil - PPGA/Unisinos
Cibele Cheron – Viamão, Brasil - IFRS
Claudia Nociolini Rebecchi – Apucarana, Brasil - UTFPR
Cristine Nodari – Novo Hamburgo, Brasil - PPGA/FEEVALE
Daiane Boelhouwer Menezes – Porto Alegre, Brasil - SEDUC
Daniel Abs – Porto Alegre, Brasil - EA/UFRGS
Evelise Lazzari – Caxias do Sul, Brasil - UCS
Hamilton da Cunha Iribure Júnior – Pouso Alegre, Brasil - FDSM
Jânia Perla Diógenes de Aquino – Fortaleza, Brasil - UFC
Jonas Valente - Oxford, Inglaterra - University of Oxford
Julice Salvagni – Porto Alegre, Brasil - PPGPP/UFRGS
Luciana Leite Lima - Porto Alegre, Brasil - PPGPP/UFRGS
Marília Patta Ramos – Porto Alegre, Brasil - PPGS/UFRGS
Marília Veríssimo Veronese - São Leopoldo, Brasil - PPGS/Unisinos
Mark Graham - Oxford, Inglaterra - Oxford University
Markus Lundström - Uppsala, Suécia - Uppsala University
Paulo Libardoni – Palmas, Brasil - IF/PR
Rafael Grohmann – Toronto, Canadá - University of Toronto
Renato Colymby – Palmas, Brasil - IF/PR
Róber Iturriet Avila – Porto Alegre, Brasil - PPGE/UFRGS
Rodrigo Careli – Rio de Janeiro, Brasil - MPT e UFRJ
Rodrigo Marques Leistner – Rio Grande, Brasil - ICHI/FURG
Roseli Fígaro – São Paulo, Brasil - ECA-USP
Tomás Fiori – Porto Alegre, Brasil - PUCRS
Vander Valduga – Curitiba, Brasil - UFPR



Sumário

Prefácio.....	8
Apresentação.....	11
Sobre a arte da capa.....	16

1. Da contemporânea caça às bruxas à resistência coletiva de mulheres: um olhar através da arte

Ana Cláudia de Moura Cabral.....17

2. Femicídio como a nova caça às bruxas: uma análise da obra de Silvia Federici e a violência de gênero na América Latina

Maira de Souza Ricardo.....50

3. Campanha “adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo”: problematizações a partir da leitura de Silvia Federici

Bárbara Birk de Mello.....79

4. O trabalho reprodutivo de mulheres-mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência

Lucélia Amaral Gomes 108

5. O não-reconhecimento do trabalho doméstico e a reduzida presença feminina nos cargos de gestão

Regina Weber..... 134

6. “Isso não é uma utopia”: princípios comunais, sujeito comum e coletivização da reprodução

Alessandra Ghiorzi..... 154

“ A minha palavra é palavra de mulher, mas vale.
Não é só palavra de homem que vale, não.

Marielle Franco, presente.

Este livro se propõe a discutir a questão feminina a partir da obra de Silvia Federici.

Silvia Federici, italiana, militante feminista, é professora emérita de filosofia política na Universidade Hofstra, em Nova York. Grande parte de sua obra está traduzida para o português, circula entre militantes feministas brasileiras, em grupos de discussão e no ambiente acadêmico. É uma obra instigante e desafiadora, porque pensa o movimento feminista vinculado às necessárias mudanças revolucionárias, pondo fim ao sistema capitalista.

Calibã e a Bruxa, corpo e acumulação primitiva (2004); O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas (2013); Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais (2018); e O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v.1) (2020) compõem, entre outras, a tese de que a acumulação primitiva do capital se fez com a subjugação do corpo feminino, recluso ao ambiente doméstico como lugar de reprodução da força de trabalho.

A pesquisa de Federici, com base histórica, mostra que o período pré-capitalista de expulsão dos camponeses de suas terras também contou com a caça aos conhecimentos e a destruição da representação das mulheres na comunidade feudal. A doutrinação, o disciplinamento e a violência contra as mulheres destroçaram a resistência ao poder da burguesia.

Esta tese de Silvia Federici e de suas parceiras do movimento Coletivo Feminista Internacional coloca para os estudiosos do

feminismo o compromisso de não reduzir o tema a uma questão particular de gênero. A obra de Federici nos convida a compreender a subjugação da mulher no contexto do processo histórico da acumulação de capital, da exploração do trabalho de reprodução como celeiro da força de trabalho necessária à extração de mais valor, ou seja, a produção da mercadoria trabalhador.

O corpo da mulher é, para a autora, como a ‘fábrica’ explorada pelo capitalista. A subordinação – financeira, sexual, moral, institucional – da mulher ao homem se faz pelo controle do corpo e do imaginário. O controle da sexualidade feminina é ainda hoje uma realidade. Seja pela lógica do consumo, da religião, da legislação civil, o corpo da mulher é tratado como propriedade alheia. Deste modo, Silvia Federici destaca a importância do conceito Mulher e trava, em sua argumentação, uma discussão sobre a relevância da diferença sexual.

Em seu livro mais conhecido, *O Calibã e a Bruxa*, mulheres corpo e acumulação primitiva, Federici afirma que inclui na análise que faz uma série de fatores que foram esquecidos por Marx, em *O Capital*, entre eles: “o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores.”(2017, p.26).

Federici traz para o debate aspectos históricos sobre o papel da mulher no feudalismo e no capitalismo, demonstrando por meio de sua pesquisa, como as mulheres foram fundamentais no processo de acumulação primitiva de capital e, na atualidade, como celeiro do

trabalho reprodutivo. Portanto, para Federici, a luta de classes é a luta pela emancipação das mulheres.

A questão feminista colocada nessa perspectiva dá dimensão de sua relevância. Não se trata de disputas entre sexos, não se trata de tornar o gênero como um tema entre outros. Trata-se de explicitar que as mulheres continuam ganhando menos que os homens no mesmo trabalho, continuam subordinadas a leis e religiões draconianas que decidem sobre seu corpo, sobre o direito de ir e vir e de livre expressão, trata-se de que o feminicídio é parte de nosso cotidiano.

O Brasil é um país cuja força de trabalho feminina é triplamente marginalizada e subjugada: como assalariada precária, em trabalhos informais de cuidados e domésticas, mal pagas, com longas jornadas; como mães desassistidas de equipamentos sociais para seus filhos; como reprodutoras da força de trabalho – progenitoras, geram para o capital a força de trabalho do amanhã.

Por tudo isso, chega em muito boa hora este livro organizado por Julice Salvagni, com a contribuição de jovens pesquisadoras que analisam diferentes aspectos que envolvem a temática da luta das mulheres na atualidade com a perspectiva emancipacionista de Silvia Federici.

Roseli Figaro

Outubro de 2023.



Apresentação

A reunião dos textos que compõe esse livro se deu a partir da das construções que guiaram a disciplina de “Mulheres, Trabalho e Políticas Públicas”, que ocorreu no segundo semestre de 2022, junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Essa atividade eletiva teve como objetivo a leitura dirigida da obra de Silvia Federici.

A autora ganhou maior repercussão no Brasil a partir da tradução de “O calibã e a bruxa”. Nesta obra, ela apresenta uma leitura distinta da baixa idade média, reforçando sobretudo a reorganização dos papéis sociais de gênero enquanto uma condição *sine qua non* à organização produtiva pré-capitalista. A partir desta compreensão, conseguimos identificar as desigualdades de gênero como uma categoria estruturante, socialmente produzida. Mais do que isso, Silvia Federici demarca essa questão social como sendo absolutamente intrínseca aos modos de produção.

Por essa razão, seria um equívoco a qualquer movimento feminista contemporâneo desconsiderar que se trata de uma luta anticapitalista. A condição de exclusão, exploração e subordinação que é acentuada às mulheres em um contexto de acumulação, tem contornos raciais, étnicos e, sobretudo, de classe. Sob este aspecto, uma grande contribuição de Silvia Federici às pautas atuais do feminismo tem sido no sentido de desvelar certas premissas socialmente estabelecidas, como as que fazem parte do enredo do trabalho doméstico, reprodutivo e do cuidado. “O que vocês chamam de amor, chamo de trabalho doméstico não remunerado”, diz a

autora, provocando instabilidade nos petrificados anunciados sobre o que vinha a ser tido como ‘trabalho de mulher’.

Neste sentido, está em aberto um rol de demandas por uma análise histórico-estrutural das desigualdades de gênero em contexto da acumulação primitiva. Tendo por base as leituras de Silvia Federici, o pensamento social precisa ainda ampliar o escopo de entendimento do capitalismo com vista à divisão sexual do trabalho, à política sexual, à domesticação da racionalidade e sexualidade das mulheres. Está posta uma urgência em questionar o papel do Estado frente às atividades não remunerados: o doméstico, o reprodutivo e o de cuidado, considerando a reprodução da força de trabalho na economia global. No que tange à agenda das lutas feministas, ainda há muito que tratar sobre a relação das mulheres com a tecnologia, frente à noção de corpo e com vistas à construção da política dos comuns.

Em suma, Silvia Federici amplia conceitualmente as possibilidades analíticas em torno do feminismo-marxista. Tal conjunto de elementos ajuda a compreender e a desnaturalizar opressões históricas. Aos quatro cantos, encontram-se demandas sociais inexploradas, à espera de atrevidas questionadoras querendo transformar o mundo. Essa, portanto, foi um pouco da intenção deste livro: de aprender com a autora a olhar a realidade sob outros ângulos, evocando assim ainda mais coragem e ousadia às nossas lutas diárias.

O primeiro capítulo é intitulado “Da contemporânea caça às bruxas à resistência coletiva de mulheres: um olhar através das artes” escrito por Ana Cláudia de Moura Cabral. Este texto propõe-se a analisar, à luz de Silvia Federici, os agentes dominantes que cerceiam as ações das artistas mulheres, bem como as arestas

possíveis de movimentação e resistência comuns exercidas por elas no campo das artes. Por um lado, problematiza-se a tímida presença de obras de autoria de mulheres nos espaços expositivos e nos acervos museológicos. Por outro, apresenta-se alguns trabalhos poéticos de cunho coletivo e comunitário que tensionam e questionam os espaços de ocupação das mulheres.

Maira de Souza Ricardo aborda o tema do “Feminicídio como a nova caça às bruxas: uma análise da obra de Silvia Federici e a violência de gênero na América Latina”. O capítulo descreve aspectos históricos e estruturantes da ‘caça às bruxas’ na América durante o processo de colonização. Sinaliza-se que as possíveis mudanças nas concepções de gênero podem ser um dos aspectos que explicam as violências atuais e o papel da mulher na sociedade, a partir de uma análise de alta incidência de feminicídios no contemporâneo.

“Campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo””: problematizações a partir da leitura de Silvia Federici” é o título do capítulo escrito por Bárbara Birk de Mello. Para a autora, a gravidez na juventude é considerada um problema por diferentes setores da sociedade brasileira, inclusive por programas de governo. Esse foi o caso da campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo” lançada em 03 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo Bolsonaro (2018-2022). Em uma concepção conservadora, a autora elenca diversos fatores que fazem uma campanha de abstinência sexual ser tão nociva para as juventudes brasileiras.

O quinto capítulo versa sobre “O trabalho reprodutivo de mulheres-mães de pessoas com deficiência com alto grau de

dependência”, de Lucélia Amaral Gomes. Em um ensaio teórico, a autora discute o conceito de trabalho reprodutivo no sistema capitalista, que é exercido majoritariamente por mulheres e é tido como um trabalho com menor ou sem valor. Conforme o estudo, as mulheres passam a exercer exclusivamente o papel de cuidadora, deflagrando a falta de políticas públicas que garantam condições mínimas de assistência a essas famílias.

Em uma proposta complementar, Regina Weber aborda o “O não-reconhecimento do trabalho doméstico e a reduzida presença feminina nos cargos de gestão”. O texto discute a relação entre o não-reconhecimento do trabalho doméstico e a reduzida participação das mulheres em cargos de gestão e de tomada de decisão. As mulheres constituem a maioria da população brasileira e a maior parcela de pessoas com educação formal, porém nos cargos de tomada de decisão ainda são a minoria. As questões têm por base situações históricas, culturais e discriminatórias, que impedem e limitam o desenvolvimento da carreira.

O último capítulo é intitulado “Isso não é uma utopia’: princípios comunais, sujeito comum e coletivização da reprodução”, de Alessandra Ghiorzi. A partir de um caso vivido em um evento acadêmico, a autora desenvolve três dimensões da teoria de Silvia Federici, com o objetivo de pensar novas formas de relações sociais, para além daquelas que o capitalismo oferece. Para isso, em um primeiro momento, descrevem-se as características das relações comunais, seus princípios e regulações. Em seguida, delineia-se o sujeito comum, aquele capaz de construir e viver em uma relação comunal. Por fim, trata-se da necessidade de se coletivizar a esfera reprodutiva. O estudo defende a construção de sujeitos comuns,

hábeis em manter vínculos de solidariedade, cooperação e interdependência na partilha das riquezas.

Apesar deste conjunto de estudos abordarem diferentes temáticas, há algo que é transversal: todos fazem referência à permanência histórica-estrutural das mulheres. As provocações, análises e propostas que essa obra faz, integram preocupações de um corpo de pesquisadoras dispostas a somar-se na luta de classe e pela equidade de gênero. É por isso que escrevemos: para expor esse problema social, reiterar a conservação das antigas opressões e buscar alternativas coletivas de resistir em meio às desigualdades.

Para a realização deste livro, agradecemos ao apoio financeiro da FAPERGS, ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS, ao Departamento de Ciências Administrativas da UFRGS e à Escola de Administração, em especial à Biblioteca, pela orientação e indexação.

Um futuro mais inclusivo só será possível graças à coragem de tantas mulheres em questionar os padrões estabelecidos. Desta forma, dedicamos este livro a todas que lutam incansavelmente, em batalhas públicas ou privadas, em busca contexto social feito por condições mais justas e dignas às mulheres.

Desejamos a todas uma excelente leitura!

Julice Salvagni

Porto Alegre, 15 de setembro de 2023

Sobre a arte da capa



“O fazer da mulher seguiu nos dedos da menina...que tão logo se mostrou igualmente selvagem nessa rotina”, Ana Moura, 2019, desenho e bordado sobre tecido, bastidor e linha, 155 x 155 cm.

Nesse trabalho, me aproprio de uma toalha de mesa que passou por três gerações de mulheres da família. Recebi o encargo, ainda na adolescência, de dar continuidade ao bordado florido que há muitos tempo tentava compor a toalha de mesa. Passados vinte anos, a toalha seguia incompleta nas minhas mãos. Não fazia sentido completar aquela função, não fazia sentido finalizar aquele processo. Eu não tinha tempo e vontade de desempenhar aquele trabalho. Mas a incompletude me incomodava. Foram inúmeros os ensaios de dar cabo do tal bordado para me livrar de vez daquele fardo. Aquela toalha, tão frágil, tão meiga, tinha um obscurantismo pesado; ou que pesava sobre mim, sobre meu corpo e meu espírito. Comecei a ser tomada pelo simbolismo desse objeto, que passava por todas nós, silencioso. Passei a questionar o porquê daquela incompletude, daquele fardo, daquele peso, daquele silêncio – que ao não dizer nada, passou a me dizer tanto. Comecei a vencê-lo, quando entendi a resistência que havia naquela incompletude. Passei a perceber nuances de uma selvageria naquelas mulheres que de alguma forma se opuseram àquele trabalho. Havia ali gritos de luta e em silêncio me uni a elas.

Ana Moura

Porto Alegre, 8 de novembro de 2023



Capítulo 1

Da contemporânea caça às bruxas à resistência coletiva de mulheres: um olhar através das artes

Ana Cláudia de Moura Cabral¹

Introdução

A intelectual de tradição feminista marxista Silvia Federici, entre tantas questões, aponta na obra *Calibã e a bruxa* (2017) que os padrões estruturais de dominação e exploração dos corpos das mulheres permanecem e se reinventam na sociedade contemporânea sob o regime globalizante do sistema capitalista. Nesse seu estudo de retomada histórica, Federici demonstra como a dominação sobre as mulheres, essencialmente a dominação sobre os seus corpos, foi primordial para a acumulação primitiva. Assim, a perseguição às mulheres entendidas como bruxas – a herege, a curandeira, a esposa

¹ Mestranda em Artes Visuais, com ênfase em História, Teoria e Crítica, pelo PPGAV/UFRGS (bolsista CAPES). Bacharela em História da Arte e Licencianda em Artes Visuais, ambos pela UFRGS. E-mail: moura.cabral@ufrgs.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2830151352884255>

desobediente, a mulher que ousa viver só, a que se rebela, entre outras –, que matou centenas de milhares, principalmente na Europa dos séculos XVI e XVII, mas também nos territórios coloniais, mais do que uma manobra moral e religiosa, como muitas vezes acaba sendo interpretada, estava pautada politicamente e ancorada no poder do Estado. Essa ação perversa, logo, está posta no centro da análise da acumulação primitiva, proposta por Federici, juntamente com a colonização e o cercamento de terras: movimentos basilares para o desenvolvimento e, também, afirmação do capitalismo.

Podemos interpelar: por que a dominação dos corpos das mulheres seria tão importante para a consolidação do capitalismo? Ora, a engrenagem desse modelo econômico é essencialmente a mão de obra: se faz necessária a produção e a acumulação da força de trabalho. Logo, o Estado precisa dominar o corpo responsável pela procriação e formação de massa proletária, além de garantir a hereditariedade das posses territoriais. Se estabelece, desta forma, o sítio das mulheres ao ambiente privado, no qual realizam o trabalho que garante os meios de reprodução e, ainda, as mantém afastadas do capital. Em outras palavras, ao mesmo passo que as mulheres realizam um trabalho que é essencial ao funcionamento do capitalismo, ficam à margem desse sistema, pois, realizam um trabalho não remunerado, ou ainda que não é entendido como

trabalho e sim cuidado. A caça às bruxas, nesse sentido, ajudou na privatização dos corpos das mulheres, na exclusão de corpos não normativos, na formação da família nuclear e, conseqüentemente, na manutenção dessa estrutura, tendo em sua base a violência e o medo.

Os reflexos da caça às bruxas, manobra motivada séculos atrás, de certa forma, perdura e se reformula no presente. Uma rápida consulta ao *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*, mostra que no Brasil, no ano de 2021, uma mulher foi assassinada a cada 7 horas, vítima de feminicídio. Ou seja, o país registrou em média três vítimas de misoginia por dia. Dos 1.341 casos de feminicídio, 80% dos autores eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas, apontando que a violência se encontra, sobretudo, no lar. Embora tenhamos tido uma pequena queda de 1,7% em relação ao ano de 2020, que registrou 1.350 casos de feminicídio, ainda assim, os números são alarmantes e demonstram a constante violência sobre os corpos das mulheres. Ressalto: os números expostos acima são unicamente dos casos registrados de feminicídio consumado. Se ampliarmos a nossa observação da motivação de gênero para outros tipos de violência como assédio, estupro, estupro de vulneráveis, agressões por violência doméstica, ameaças, perseguição, violência psicológica, violência contra população LGBTQIA+, os números são catastróficos.

Mas o que quero mostrar ao trazer esses dados é que a violência que outrora recaiu sobre as mulheres, no período de passagem ao sistema capitalista, reconfigura-se temporalmente e permanece ativa sobre os corpos femininos, feminilizados e/ou não normativos. Diante disso, proponho nesse artigo analisar através do campo artístico as frentes comunais de resistência exercidas pelas mulheres da área. Para tal, traçarei um rápido panorama histórico no que diz respeito ao ensino das mulheres, ao processo de legitimação de seus trabalhos e as narrativas que as silenciaram na historiográfica da arte. Em seguida, abordarei as exposições coletivas de mulheres e a presença de trabalhos de autoria feminina nos acervos de relevantes museus. Por fim, passarei a analisar algumas das movimentações estratégicas de artistas que utilizam seus projetos poéticos como espaços críticos e comunitários para denunciar as violências atuantes sobre os corpos das mulheres.

Ensino, trabalho e legitimação das mulheres no sistema das artes

No ano de 2017, desembarcou no Brasil o coletivo anônimo de mulheres ativistas conhecido como *Guerrilla Girls*. Entre as obras de denúncia expostas no *Museu de arte de São Paulo Assis*

Chateaubriand (MASP), estava a emblemática *As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?*. Por solicitação do próprio museu, a obra foi adaptada do cartaz embrionário *Do Women Have To Be Naked To Get Into the Met. Museum?*, de 1989, e apresentou os seguintes dados: apenas 6% das obras do acervo do MASP são de autoria de mulheres, enquanto 60% das obras expostas apresentam nus femininos. Ou seja, o trabalho do coletivo demonstra percentualmente o contrastante papel das mulheres no campo artístico como passivas musas inspiradoras em detrimento de agentes produtoras.

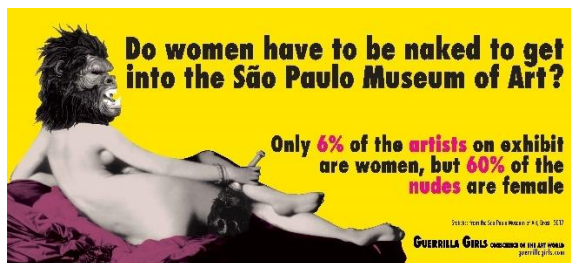


Figura 1. GUERRILLA GIRLS. *As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?*, 2017. Fonte: Acervo MASP.

Todavia, esses números não são um infortúnio contemporâneo. Pelo contrário, refletem a problemática histórica de acesso ao ensino e, conseqüentemente, a legitimação do trabalho das artistas mulheres no sistema das artes. Para compreendermos esta

situação, devemos lembrar do exposto por Federici (2017) sobre o período de transição ao sistema capitalista, pois, de modo geral, as mulheres foram cerceadas ao trabalho de reprodução, logo, aos espaços privados da casa. O âmbito doméstico se desdobrou em vocação natural e trabalho de mulher, desta forma, invisibilizadas, foram excluídas em grande parte do mercado de trabalho assalariado, fato que não seria diferente para as mulheres no campo das artes.

No Brasil, a primeira instituição de ensino a receber alunas, não por acaso, foi o *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro*, no ano de 1881, após um pouco mais de duas décadas da sua inauguração. A proposta do *Liceu* era voltada para formação de artesãos e não artistas; ou seja, para a formação técnica de profissionais que dessem conta da produção manufaturada e da demanda de produtos para o consumo de uma sociedade em amplo aumento populacional. Portanto, essa “oportunidade” concedida às mulheres tinha como objetivo suprir a necessidade de mão de obra do mercado e, à vista disso, também era uma forma das mulheres de famílias pobres contribuírem no sustento de suas casas (CABRAL, 2018).

Por outro lado, a importante escola responsável pela formação de artistas no país, a *Escola Nacional de Belas Artes*

(ENBA)², passou a admitir o público feminino a partir de 1892, onze anos depois do *Liceu*. A abertura ao público feminino chegou acompanhada da promessa de que as alunas teriam as aulas ministradas em salas separadas, sem a presença masculina. Entretanto, na prática, a realidade da escola não comportava o prometido e as mulheres foram ter um espaço separado dos homens somente no ano de 1896. A socióloga Ana Paula Simioni aponta para essa problemática das aulas mistas como um impeditivo às alunas de participarem das aulas de modelo vivo, que hierarquicamente era uma das principais disciplinas, visto que “[...] o acesso ao corpo nu, embora facultado na lei, continuava a ser um grande tabu social e, nesse caso, os costumes podiam ser ainda mais decisivos para cercear as práticas femininas [...]” (SIMIONI, 2007, p. 95). Vale ressaltar que as dificuldades de inserção na ENBA, para além das questões morais, também se deu em virtude dos currículos secundários femininos voltados para os cuidados com o lar em via contrária ao conhecimento científico. Em outras palavras, embora o acesso à escola não fosse mais negado ao público feminino, os critérios classificatórios de ingresso tratavam de as manter afastadas do ensino regular (SIMIONI, 2007).

² Inicialmente fundada por D. João VI, a *Academia Imperial de Belas Artes (AIBA)* passa a se chamar *Escola de Belas Artes* com o advento da República. Em 1931 foi absorvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Contudo, a presença feminina nas exposições ganha fôlego no final do século XIX. No *Salão Nacional de Belas Artes*, de 1900, por exemplo, as mulheres representavam 40% dos expositores (SIMIONI, 2007). Os ateliês particulares tiveram uma contribuição relevante para esse cenário, pois, eram a principal opção de estudo para as mulheres de famílias com recursos financeiros favoráveis. O problema, porém, é que se antes de 1892 os ateliês particulares foram um meio alternativo de ensino, mesmo após a liberação de matrículas para alunas na ENBA eles continuavam sendo uma escolha relevante para as mulheres que buscavam ensinamentos artísticos. Se o acesso a ENBA era um caminho cheio de barreiras, em contrapartida, os ateliês particulares funcionavam como uma espécie de segunda casa ou uma continuação dos lares. As famílias podiam escolher os melhores horários para as aulas, o ambiente era semelhante ao doméstico e sem turmas mistas, garantindo, assim, o recato feminino e o cerceamento ao espaço privativo (SIMIONI, 2008).

Logo, ao mesmo tempo que os ateliês particulares tiveram um importante papel na contribuição para o ensino das artistas mulheres, também as afastaram do mercado das artes, contribuindo com uma formação não oficial e voltada especificamente para um público abonado. Em outras palavras, esses espaços alternativos

acabaram apartando as mulheres de um universo mais público, competitivo e também profissional, espaço o qual a ENBA representava. Observamos, desse modo, um sistema que se dividia em escola pública, legitimadora, mais voltada para a formação de alunos homens; e os ateliês privados, mais direcionados as alunas mulheres.

Não obstante, as artistas enfrentavam ainda o obstáculo do eterno amadorismo: enquanto para os artistas homens esse estágio era de passagem, isto é, de início de formação; para elas seria uma etapa definitiva (SIMIONI, 2007). Concomitantemente, os críticos de arte pouco escreviam sobre os trabalhos das artistas presentes nas exposições e quando eram mencionadas, quase sempre, estavam aglutinadas num pequeno parágrafo reservado aos amadores. Entre os diversos textos que mantinham esse padrão, se encontra a relevante obra *A arte brasileira* (1888), do crítico Luiz Gonzaga Duque Estrada. Nesse livro, o espaço dedicado às mulheres está reservado entre os amadores, tem um pouco mais de uma página e apresenta o nome de apenas duas artistas: Abigail de Andrade e Anna Navarro Muniz de Aragão. Logo, fadadas ao esquecimento, poucas artistas mulheres aparecem na historiografia oficial da arte brasileira antes das modernistas Tarsila do Amaral e Anita Malfati (CABRAL, 2018).

Entretanto, apesar dos obstáculos operantes nesse mecanismo, paulatinamente as mulheres foram conquistando espaço e se colocando no campo artístico, como confirma o aumento da presença feminina ativa nas exposições. Portanto, havia um movimento nas arestas desse sistema, embora longe de ser um cenário ideal e comum a todas as mulheres, isto é verdade, ainda assim, podemos compreendê-lo como um tensionamento à ocupação desses espaços.

Levando em conta esse breve panorama, com alguns dos passos inaugurais das artistas brasileiras no sistema nacional das artes, podemos compreender que a denúncia apresentada pelo coletivo *Guerrilla Gilrs* – através do discrepante percentual de obras de autoria de artistas mulheres no acervo do MASP (6%), em oposição as obras que apresentam corpos nus femininos expostas no museu (60%) – não se trata de uma questão recente. Pelo contrário, se refere a uma problemática histórica contra a qual, em certa medida, houve e há resistência. Além do trabalho em tom de delação do coletivo anônimo, podemos mencionar, ainda, o coletivo argentino *Nosotras Proponemos*, que propuseram em 2017, em Buenos Aires, um código feminista contra a opressão institucionalizada e reivindicando a representação igualitária no mundo das artes, denominado *Compromisso*. A proposta contou com

a assinatura de quase três mil pessoas comprometidas, então, em combater a violência de gênero diariamente.

Exposições e acervos de arte numa perspectiva feminista

Em 1971, a novaiorquina Linda Nochlin, publica o emblemático ensaio *Why have there been no great women artists?* [*Por que não houve grandes artistas mulheres?*], traduzido para o português apenas em 2016. Com a irônica pergunta que nomeia um dos textos precursor nos escritos feministas sobre história da arte e valendo-se de uma abordagem social, a autora causa incômodo e, especialmente, movimento nas discussões acadêmicas do campo, como apontou a professora Daniela Kern (2020) em seu artigo sobre a difusão da historiografia feminista internacional no Brasil.

É importante destacar, ainda, o vanguardismo do pensamento de Nochlin ao propor uma análise das estruturas institucionais, as quais garantem uma determinada perspectiva da realidade que se naturaliza na sociedade. Desta forma, a suposta incapacidade, inferioridade ou fraqueza das mulheres seria, então, a naturalização de uma realidade construída numa sociedade, que em suas palavras é “dominada pelo machismo e também pelo excesso de bens materiais” (NOCHLIN, 1971, p.13).

Nesse sentido, podemos entender as estruturas institucionais, em acordo com Federici, como uma grande engrenagem que garante equilíbrio e permanência nos modos operantes do sistema vigente; isto é, a hegemonia masculina. Produções acadêmicas como a de Nochlin corroboram com a ideia de Federici, a qual diz que “o olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração”. (FEDERICI, 2017, p. 29).

Demais pensadoras somaram à discussão proposta por Nochlin a partir dos anos 70, como Germaine Greer, Griselda Pollock, Rozika Parker e Whitney Chadwick. Desde então, o debate da pauta ganha fôlego e reflete em importantes instituições museais, que vêm realizando exposições dedicadas às obras de artistas mulheres, como também, revisando seus acervos. Observamos alguns exemplos no cenário internacional de grandes exposições coletivas de artista mulheres: o *Centro Georges Pompidou*, localizado em Paris, realiza em 1995 a exposição *Féminin-Masculin: le sexe de l'art*; em 2007 é a vez do *Museu de Arte Contemporânea de Los Angeles (MOCA)*, com a mostra *Wack! Art and Feminist Revolution*; o *Pompidou* retoma a agenda em 2009 com a significativa *Elles: women artists in the collection of the Centre*

Pompidou [Elles: Mulheres Artistas na Coleção do Centro Pompidou], que veio para o *Centro Cultural Banco do Brasil*, no Rio de Janeiro, em 2013; *Radical Women: Latin American Art, 1960-1985 [Mulheres radicais: arte latino-americana, 1960-1985]*, foi organizada pelo *Museu Hammer*, de Los Angeles, em 2017. No ano seguinte a exposição veio para o Brasil, ocupando as salas da *Pinacoteca de São Paulo (PINA)*.

Além das exposições e dos materiais resultantes delas, como os catálogos, outro acontecimento significativo dessa movimentação foi o levantamento realizado em 2010 no acervo do prestigiado *Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA)* (SIMIONI, 2016). Esse exame crítico resultou no livro *Modern Women: Women Artists at The Museum of Modern Art*, que reuniu uma série de quase 50 ensaios de pesquisadoras do campo, organizados por Alexandra Schwartz e Cornelia Butler.

Mas, voltemo-nos agora para as ações no contexto nacional. O MASP realizou em 2019 duas importantes mostras: *História das mulheres: artistas até 1900*, curadoria de Julia Bryan-Wilson, Lilia Mortiz Schawarcz e Mariana Leme, e *Histórias feministas: artistas depois de 2000*, curada por Isabella Rjeille. Dessas exposições, publicou-se uma Antologia que reúne 42 textos de diversas autorias. Entre elas: Alice Walker, Gloria Anzaldúa, Lélia Gonzales, Adrian

Paper, bell hooks, Conceição Evaristo e, inclusive, Silvia Federici. São mais de 500 páginas com textos fulcrais para os estudos feministas das artes. E, vale destacar, a presença de traduções de autoras estrangeiras que muitas vezes demoram para chegar no campo editorial brasileiro, como sublinhado anteriormente a respeito do texto de Linda Nochlin.

No mesmo ano que o MASP realizava essas duas mostras, o *Farol Santander*, em Porto Alegre, apresentava ao público *Estratégias do Feminino*, com curadoria de Daniela Thomas, Fabricia Jordão, Helena Severo e Rita Sepulveda. A curadoria se preocupou em debater e refletir sobre as estratégias articuladas pelas artistas na busca da igualdade entre os gêneros. As obras foram agrupadas por núcleos de estratégias de enfrentamento dos espaços e lugares que foram impostos às mulheres e que cercam e limitam suas ações na vida pública, no trabalho, na cultura e no direito aos próprios corpos (JORDÃO et al., 2020). Ainda, é relevante lembrarmos que essa mesma instituição recebeu dois anos antes, em 2017, a polêmica exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, encerrada antecipadamente por decisão do próprio *Farol* devido à onda de protestos conservadores que associavam, de modo leviano, a mostra que abordava a diversidade sexual ao incentivo à pedofilia.

Próximo ao *Farol* encontra-se o *Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli* (MARGS), que também abriu em 2019 a exposição denominada *Gostem ou não – artistas mulheres no acervo do MARGS*. Essa mostra foi resultado de uma pesquisa fundamental que está sendo construída pelo coletivo *Mulheres nos Acervos*, desde 2018. O coletivo vem realizando o levantamento quantitativo das coleções públicas de artes visuais de Porto Alegre. A saber: *Pinacoteca Barão de Santo Ângelo* (PBSA), *Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul* (MACRS), *Pinacoteca Aldo Locatelli* (PINAL), *Pinacoteca Ruben Berta* (PIRB), além do já mencionado MARGS. Vale destacar que outras duas mostras foram fomentadas no mesmo ano a partir do levantamento do coletivo, sendo: *Artistas Mulheres: territórios expandidos*, ocorrida na PINAL, e *Artistas Mulheres: tensões e reminiscências*, no PIRB. Com o inventário do grupo, que aponta para um percentual ainda desequilibrado entre a presença de trabalhos de artistas mulheres e artistas homens nas coleções desses espaços – 44% das obras do acervo do MACRS são de autoria de mulheres, 39% no MARGS, 33% na PINAL, 31% no PBSA e 20% na PIRB –, percebemos a necessidade de revisão das políticas de aquisição e, também, de exibição das instituições. O coletivo sinaliza para a urgência na formulação de conselhos e comitês “[...] formados por agentes do

campo artístico que estejam empenhados na promoção de representatividades e tenham interesse em tensionar questões de raça e gênero nas tomadas de decisão [...]” (FERRARI et al., 2020, p. 336).

A 12ª Bienal do Mercosul, com curadoria geral da experiente Andrea Giunta, intitulada *Feminino(s). visualidades, ações e afetos*, era aguardada com entusiasmo no ano de 2020. Porém, já com a montagem em andamento, foi anunciado *lockdown* devido à pandemia mundial da COVID-19, mudando os rumos da exposição. Apesar da frustração, incertezas e medos que rondavam aquele momento, a Bienal dos femininos mesmo assim aconteceu, porém, de forma *online*. Se não foi possível a experiência no espaço expositivo, ao menos o evento tratou de deixar um acervo valioso. Um vasto material digital encontra-se disponível para pesquisa, de forma gratuita, nas plataformas da *Fundação Bienal do Mercosul*, como entrevistas, palestras, catálogo, jornal, material educativo e textos do Seminário Internacional que aconteceu paralelo ao evento. A Bienal *Feminino(s)* foi potente e inovadora ao apresentar uma discussão aprofundada sobre gênero, colocando em pauta identidades fluidas, não binárias, trans e, ainda, ao lançar um olhar atento e sensível para a representação de artistas negras e indígenas. Contando com o total de 69 artistas participantes (ALVES, 2020).

Entretanto, apesar das discussões pujantes fomentadas pela 12ª Bienal do Mercosul, a mostra que a sucedeu, *Trauma, sonho e fuga*, que alude aos momentos vividos na pandemia e que contou com a curadoria geral de Marcello Dantas, optou por não trazer em seu texto curatorial marcadores políticos e sociais. Distanciada dessas pautas, dos 93 artistas (entre esses duos e coletivos) que estiveram presentes na 13ª Bienal, apenas 35 eram artistas mulheres, duos ou coletivos de mulheres, o que corresponde a 37%, e a representatividade negra e indígena dessa edição é ínfima. Ainda, vale destacar que desse total de artistas contabilizados no catálogo da Bienal, 18 dos expostos no *MARGS* eram do *Acervo em Movimento*, programa expositivo voltado para a rotatividade do acervo do museu. E, desses 18 artistas, 7 eram mulheres. Da mesma forma, os 8 artistas expostos no *Memorial do Rio Grande do Sul*, que eram de edições anteriores (compreendiam a mostra de retomada histórica da Bienal do Mercosul intitulada *Trajatória*), 4 eram mulheres e 1 não binário.

Agora, observemos a distribuição dos artistas que compreenderam a proposta *Trauma, sonho e fuga* por espaços expositivos. Na *Arte urbana*, na *Casa da OSPA*, no *Paço Municipal*, na *Fundação Iberê Camargo* e no *Farol Santander* não há representatividade de mulheres. Ou seja, nesses cinco espaços todos

dos trabalhos são de autoria de homens, sendo: 5 artistas na *Arte urbana*, 4 no *Farol* e 1 artista por demais locais. Já o MARGS foi o espaço mais generoso na representatividade feminina: composto por 14 artistas, sendo 8 deles mulheres e, ainda, 1 coletivo formado por mulheres. No *Cais do Porto*, dos 12 artistas, 5 eram mulheres. Na *Casa de Cultura Mario Quintana* estavam presentes obras assinadas por 7 artistas, sendo 1 mulher, 1 duo de artistas mulheres e 2 duos mistos. Dos 19 artistas expostos no *Instituto Caldeira*, 7 eram mulheres e haviam 2 coletivos mistos. Por fim, o espaço do *Instituto Ling* foi composto por 3 artistas, desses havia 1 mulher.

Portanto, diante dos dados que apontam para a disparidade de gênero na escolha dos artistas da mostra *Trauma, sonho e fuga*, podemos compreender a necessidade das discussões propostas pelas exposições voltadas para abordagem de gênero, feminismos e representatividade. Embora, por vezes, as escolhas curatoriais de exposições unicamente de mulheres possam ser questionáveis, como bem apontou Simioni (2019), em sua análise do catálogo da mostra *Elles*, para a problemática ideia de uma “arte feminina” ou, ainda, a tentativa de encaixar os trabalhos em critérios preestabelecidos sem de fato direcionar um olhar atento e sensível para as solicitações das obras e artistas. Ainda assim, é evidente a necessidade destas ações, por fomentarem discussões sobre tais problemáticas. E, ademais, é

notória a importância dos desdobramentos resultantes das dedicadas pesquisas que envolvem estas exposições: catálogos, antologias, seminários, mapeamentos, inventários, entre outros.

Nesse pequeno recorte, foi possível observar a movimentação que vem acontecendo e se fortificando, sobretudo, no fluxo coletivo dessas ações. Porém, o tensionamento entre as duas bienais, 12^a e 13^a, sugere que a discussão de gênero no campo da arte ainda está distante de ser superada. O cerceamento à *Queermuseu*, nos alerta, ainda, que o caminho pode ser violento. Talvez, a própria definição, digamos, “amigável” do título dado a 12^a Bienal, que optou por femininos e não feminismos, possa ter sido uma preservação a possíveis ameaças reacionárias.

Estratégias de resistência em obras coletivas e comunitárias

Federici diz, em *Reencantando o mundo* (2022), que a política dos comuns, na perspectiva feminista, pode ser uma maneira de “[...] superar o isolamento em que as atividades reprodutivas são realizadas e a separação entre as esferas privada e pública, que tanto têm contribuído para esconder e racionalizar a exploração das mulheres na família e no lar” (FEDERICI, 2022, p. 29). Coletivos como os das artistas globais *Guerrilla Girls* ou das pesquisadoras

locais *Mulheres nos Acervos*, entre outros, realizam um poderoso trabalho ao apontar as fragilidades no sistema das artes. Todavia, na premissa do solo comum, nos deteremos agora na movimentação estratégica de artistas mulheres que produzem, poeticamente, espaços críticos, comunitários e de denúncia da vulnerabilidade dos corpos femininos e feminilizados frente ao poder do Estado e, logo, da hegemonia masculina.

Na dissertação *Nos Queremos Vivas: arte contemporânea sobre feminicídio no Brasil e no México* (2021), Gabriela Traple Wieczorek oferece uma generosa análise de produções artísticas comunitárias a partir do trabalho de artistas brasileiras e mexicanas que abordam em suas obras a violência extrema contra as mulheres no contexto da América Latina. Sua revisão demonstra que a mobilização das artistas contra a violência de gênero foi latente nos anos 70, período concomitante aos escritos feministas sobre história da arte, a exemplo de Linda Nochlin, abordado anteriormente. É relevante reforçar que naquele momento efervesciam as lutas pelos direitos civis e por igualdade entre os sexos, este último ficou popularmente conhecido como segunda onda do feminismo.

É nesse contexto, por exemplo, que foi inaugurado em 1972, na cidade de Los Angeles, Califórnia (EUA), um dos marcos expositivos em instalação e performance abertamente feminista: o

projeto *Womanhouse*³. Idealizado pelas artistas e professoras Judy Chicago e Miriam Schapiro, o projeto colaborativo contou com apoio e participação das alunas do *Programa de Arte Feminista*, do *Instituto de Artes da Califórnia*, e com artistas convidadas. Juntas criaram uma série de intervenções e performances nos cômodos de um antigo casarão abandonado. Além do trabalho pesado de reforma da casa, todo realizado por elas, discutiam coletivamente sobre as angústias de ser mulher numa sociedade hegemonicamente masculina. Discussões simbolizadas, por exemplo, na performance *Cock and Cunt Play*, de Judy Chicago. Com interpretação de Faith Wilding e Janice Lester, se desenvolve um diálogo entre casal, ironizado pela imagem gigante dos órgãos genitais, no qual se enfatizam as relações de violência sobre as mulheres no âmbito doméstico.

³ Em comemoração aos 50 anos do projeto, novas ações estão sendo realizadas, inclusive com uma abordagem mais complexa sobre gênero, e podem ser acessadas no site *Wo/Manhouse 2022*: <https://www.womanhouse2022.com/>. Acesso em: 29 nov. 2022.



Figura 2. CHICAGO, Judy. *Cock and Cunt Play*, 1972. (Registro de performance). Interpretação: Faith Wilding e Janice Lester. Fonte: <https://dome.mit.edu/handle/1721.3/2857>

Portanto, as obras⁴ que compreendem a exposição partem das experiências femininas das artistas, que compartilhadas tensionavam e criticavam os lugares socialmente destinados às mulheres e a agressão sobre seus corpos: os elementos presentes no espaço privativo do lar – sala, quarto, cozinha, banheiro –, propunham discussões acerca da violência sexual, do papel de cuidadoras e da demanda penosa do trabalho doméstico, por exemplo. *Womanhouse* mobilizou o cenário artístico daquela época, refletindo no trabalho

⁴ As obras expostas em 1972 podem ser visualizadas no documentário de Johanna Demetrakas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xx0ZPfLrsfk>. Acesso em: 29 nov. 2022.

de artistas de diversas regiões e gerações, conforme destacou Natalie Musteata (2018) em estudo dedicado ao projeto.

Mas, retornemos agora ao contexto latino americano proposto por Wieczorek (2021), no qual as discussões extrapolam o espaço doméstico e tomam as ruas. Entre os coletivos e as artistas abordadas em sua análise, encontram-se a brasileira Beth Moysés (São Paulo, 1960) e a mexicana Sonia Madrigal (Ciudad Nezahualcóyotl, 1978). Ambas desenvolveram trabalhos que abordam a violência contra as mulheres, com propostas de cunho comunitário e, ainda, lançaram luz a questões relacionadas ao tensionamento entre público e privado, quando trataram da ocupação dos espaços das cidades pelas mulheres. É importante frisar a relevância da extrapolação das paredes privadas, visto que, como aponta Rossana Tavares em estudo sobre o planejamento urbano: “A mera presença das mulheres [no espaço público] confronta e ameaça as normativas hegemônicas e androcêntricas.” (TAVARES, 2017, p. 8).

No dia 25 de novembro de 2000, *Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher*, a artista Beth Moysés acompanhada por um grupo de 150 mulheres realiza pela primeira vez, na cidade de São Paulo, a performance *Memória do Afeto*. Vestidas de noivas e despedaçando buquês de rosas, caminham pela notável Avenida

Paulista. No fim do trajeto, em ato simbólico, cavam covas na Praça Oswaldo Cruz, onde enterram os restos espinhosos das flores.



Figura 3. MOYSÉS, Beth. *Memória do Afeto*, 2000. Performance realizada na cidade de São Paulo, Brasil. Fotografia de Patrícia Gato. Fonte: Revista Performatus.

Essa performance, entre tantas reflexões que propõe, nos remete ao encarceramento imposto às mulheres, constituído através do casamento, e a violência que se instaura nesse ambiente doméstico. É importante sinalizar a potência que o grande coletivo de mulheres proporciona ao ato performático idealizado por Moysés ao tensionarem os espaços de ocupação das mulheres. Além disso, como observa Wiczorek,

Trazer essa discussão para as ruas através de uma procissão simbólica é mais um esforço para que haja

o entendimento do problema como uma questão de ordem pública, sobretudo, quando a intervenção é realizada na mais importante avenida da área, considerada o principal centro financeiro do país, competitivo e masculinizado. (WIECZOREK, 2021, p. 146).

Da mesma forma, *La muerte sale por el oriente*, abrangente trabalho iniciado em 2014 pela artista Sonia Madrigal, problematiza a ocupação dos espaços públicos da cidade e a violência que recai sobre as mulheres. Madrigal desenvolve sua poética tendo como motivação sua cidade natal e arredores, que formam um dos núcleos com mais casos de feminicídio e violência de gênero do Estado do México, região central e mais populosa do país. Com abordagem documental contínua, o projeto artístico de Madrigal é composto por diversas ações. Entre elas, está a realização do mapeamento geográfico colaborativo dos casos de feminicídio, violência de gênero e desaparecimento de mulheres. Wieczorek (2021) destaca que essa cartografia da violência não possui financiamento ou patrocínio e atua, juntamente com outras ações que fomentou, para pressionar autoridades locais diante dos altos índices de violência contra as mulheres daquela região.

Outra ação importante desse projeto são as intervenções realizadas por Madrigal através de silhuetas femininas espelhadas que são fixadas em diferentes localizações, consideradas perigosas

para circulação de mulheres. Wieczorek comenta que essas silhuetas funcionam como um lembrete dos locais onde os corpos das vítimas são encontrados e, além disso, promovem uma espécie de “colocar-se no lugar do outro”, quando o espectador se vê refletido na superfície espelhada. Ainda, em suas palavras, “O uso da superfície reflexiva também cria uma mescla entre o formato de corpo feminino e a paisagem que o cerca, questionando a temporalidade e a permanência da vitimização da mulher em diferentes territórios.” (WIECZOREK, 2021, p. 134).

É importante destacar que as intervenções realizadas pela artista se somam às comunitárias. Isto é, existe um alinhamento do trabalho de Madrigal com o ativismo das famílias e com a dinâmica dos protestos que são tradicionais na região. Por exemplo, as intervenções de cruces cor-de-rosa fixadas em memória às vítimas nos locais em que corpos são encontrados, iniciado em 2015 por chamada pública de Irinea Buendía, que perdeu a filha vítima de feminicídio, e que em seguida contou com apoio de outros grupos, são parte do projeto de documentação e registro fotográfico de *La muerte sale por el oriente*. O registro dessa intervenção comunitária é relevante, sobretudo, pelo fato de o Estado constantemente retirar as cruces fixadas, sustentando o apagamento dessas memórias (WIECZOREK, 2021).



Figura 4. MADRIGAL, Sonia. *La muerte sale por el Oriente*, 2016. Foto Documental. Registro de intervenção comunitária em caminhada à Chimalhuacán. Fonte:

<http://soniamadrigal.com/lamuertesaleporeloriente/cruces2/>

Por fim, reforço duas questões latentes nos trabalhos coletivos e comunitários abordados: primeiro, para o fato desses trabalhos valerem-se de outros espaços possíveis de arte, que sobrepujam as instituições (embora muitas vezes acabem logo englobados por elas, seguindo a lógica estabelecida pelo capitalismo). Os espaços comuns e potentes da cidade que são ocupados nesses projetos tensionam não só os lugares predeterminados para circulação das mulheres (privado verso público) como, também, da arte (museus/pinacotecas/galerias versos ruas). Segundo, para o caráter de resistência desses trabalhos frente

a opressão do Estado, que muitas vezes invisibiliza a violência secular sobre o corpo feminino ou feminilizado.

Nessa espécie de continuidade ou desdobramento da “caça às bruxas”, não podemos deixar de mencionar, por exemplo, os constantes ataques do Poder Público na tentativa de desapropriação da *Casa de Referência Mulheres Mirabal*, que surgiu justamente como denúncia aos desmontes de políticas públicas para as mulheres. O espaço, que existe e resiste desde 2016 em Porto Alegre, acolhe e abriga mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social. Os muros hoje coloridos da *Casa Mirabal*, muralismo de ação coletiva, que carregam imagens potentes de mulheres que são referências na luta contra a opressão e violência de gênero, talvez simbolizem, além da resistência das mulheres e do espaço, uma poética do recomeço.

Considerações finais

Ao longo do recorrido, observamos que há uma movimentação importante e potencialmente coletiva no campo das artes, que delatam as desigualdades e opressões que recaem sobre o que não é normativo e hegemônico. Vimos, ainda, que a violência sobre os corpos das mulheres ou corpos feminilizados é antiga, como

apontou Federici (2017) em sua análise da caça às bruxas. E, infelizmente, da mesma forma, os dados atuais das vítimas de feminicídio, presentes no *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*, mostraram que a violência de outrora se perpetua, mas agora a agressão está também no sítio doméstico.

O breve panorama histórico referente ao ensino, trabalho e legitimação das mulheres no sistema das artes nacional, apontou para o cerceamento das práticas femininas ao espaço privado, figurado sobretudo pelos ateliês particulares que atuavam como espécies de extensões do âmbito doméstico. Por outro lado, aos seus pares masculinos era assegurado o espaço regular e público, representado pela então legitimadora *Escola Nacional de Belas Artes*. Não obstante, notamos a crescente participação das mulheres nos espaços expositivos, denotando um certo resistir e “agir nas frestas” das estruturas institucionais. Porém, mesmo que paulatinamente venha ocorrendo uma inserção das artistas mulheres nos espaços legitimadores, coletivos contemporâneos de artistas e pesquisadoras, como *Guerrilla Girls*, *Nosotras Proponemos* e *Mulheres nos Acervos*, denunciam as diferenças ainda vigentes no campo das artes e alertam para a necessidade eminente de resistência.

O movimento feminista, particularmente nos anos 70, foi um agente raivoso na luta por igualdade entre homens e mulheres. Nesse

período, a historiografia feminista da arte ganha força no meio acadêmico, as artistas mergulham numa abordagem poética feminista e a pauta de gênero adentra os espaços museais, tanto nas temáticas expositivas, quanto nas revisões de acervos. Enfim, discussões sociais e de gênero, que discorrem sobre invisibilidade, ausência, opressão e violência sofridas pelas mulheres, se multiplicam; bem como pesquisas que buscam reparar os apagamentos históricos.

Todavia, apesar de existir uma movimentação aparentemente favorável para as mulheres no cenário artístico, ao tensionarmos a 12ª Bienal do Mercosul (2020), que tinha uma agenda específica de discussão de gênero e representatividade, com a 13ª edição (2022), que estava então afastada dessas pautas, notamos que os números entre artistas homens e mulheres participantes desta última mostra são desequilibrados e, logo, demonstram que o palco das artes ainda é hegemonicamente branco e masculino. Portanto, as discussões de gênero acentuadas nos anos 70 e que se desdobraram e complexificaram nas décadas seguintes, são ainda fulcrais no presente.

À vista disso, as lutas e resistências coletivas e comunais das mulheres no campo artístico se mostram uma frente potente e indispensável de denúncia e combate a continuidade da caça às

bruxas e, também, meios alternativos ao próprio sistema das artes. Defendemos, portanto, que trabalhos poéticos, a exemplo dos projetos de Beth Moysés e Sonia Madrigal, são possíveis espaços políticos comuns, de resistência e de defesa em prol da libertação dos corpos das mulheres do cerceamento secular.

Referências

ALVES, José Francisco (org.). Bial 12: *Feminismo (s)*: visualidades, ações e afetos. Catálogo da 12ª Bial do Mercosul. Porto Alegre: Fundação Bial de Artes Visuais do Mercosul, 2020.

CABRAL, Ana. C. M. A profissionalização da mulher no Campo artístico. *Ícone*: Revista Brasileira de História da Arte, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 86–126, 2018.

DANTAS, Marcello *et al.* Bial 13: *Trauma, sonho e fuga*. Catálogo da 13ª Bial do Mercosul. Porto Alegre: Fundação Bial de Artes Visuais do Mercosul, 2022.

DEBRAY, Cécile; LAVIGNE, Emma. *Elles*: mulheres artistas na coleção do Centro Pompidou. Catálogo de exposição. São Paulo: BEI Comunicação, 2013.

FAJARDO-HILL, Cecília, GIUNTA, Andrea. *Mulheres Radicais*: arte latino-americana, 1965-1980. Catálogo de exposição. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo*: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRARI, Méloidi; RONCATTO, Marina; BARROS, Cristina; SANMARTIN, Nina. *Mulheres nos Acervos*: a presença da produção de artistas mulheres nas

coleções públicas de arte de Porto Alegre. In: *Seminário Internacional da Bienal 12*, 2020, Porto Alegre. Seminário Internacional da Bienal 12, 2020. v. 1. p. 330.

JORDÃO, Fabrícia; SEPULVEDA, Rita; SEVERO, Helena; THOMAS, Daniela. *Estratégias do Feminino*. Catálogo de Exposição. Farol Santander. Rio de Janeiro: Oficina de Arte, 2020.

KERN, Daniela P. M.. A vocação historiográfica da história feminista da arte. *PARALELO 31*, Pelotas, v. 1, n. 14, p. 48-63, jun. 2020.

MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; BUENO, Samira. Femicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. In. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 16, 2022.

MIRABAL: Um Foco de Resistência. Direção: Everaldo Oliveira. Produção: Alessandra Brito e Sofia Alonso. Porto Alegre: Movimento de Mulheres Olga Benario, 2022. Vídeo (12:53 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6EGe92u0nNw>. Acesso: 15 de nov. 2022.

MUSTEATA, Natalie. Judy Chicago, Miriam Schapiro, and the CalArts Feminist Art Program, Womanhouse, 1972. *The Artist as Curator*, v.10, n.51, 2018, p. 107-120.

NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?* 2ª ed. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

NOSOTRAS PROPONEMOS. *Compromiso de prática artística feminista*, 2017. Disponível em: <http://nosotrasproponemos.org/>. Acesso: 05 de nov. 2022.

PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (Org.). *Histórias das mulheres, histórias feministas*: vol.2 Antologia. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. São Paulo: MASP, 2019.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. A difícil arte de expor mulheres artistas. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 36, p. 375-388, 2016.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XXI. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n. 14, p.83-97, jan-jun. de 2007.

TAVARES, Rossana Brandão. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. *Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?* São Paulo: XVII Enanpur, 2017.

WIECZOREK, Gabriela Traple. *Nos Queremos Vivas: arte contemporânea sobre feminicídio no Brasil e no México*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Instituto de Artes). Porto Alegre, 2021.



Capítulo 2

Feminicídio como a nova caça às bruxas: uma análise da obra de Silvia Federici e a violência de gênero na América Latina

Maira de Souza Ricardo⁵

Introdução

Com o presente artigo, objetiva-se realizar uma análise da obra de Silvia Federici sobre a caça às bruxas e apresentar o contexto atual do feminicídio na América Latina, buscando-se indicar pontos de conexão entre ambos. A caça às bruxas, fenômeno disseminado a partir do século XV na Europa e trazido às Américas em meio a colonização, foi momento de institucionalização de uma política de terror pelo próprio Estado para promover a ordem social que mais convinha a este e seus parceiros, como a Igreja. Nesta conjuntura, milhares de mulheres foram assassinadas em fogueiras, humilhadas

⁵ Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista pela Capes e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). E-mail: mairasouza@hotmial.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5547338650594305>

e difamadas frente a suas comunidades, e a imagem da mulher adquiriu novos delineamentos (FEDERICI, 2019a).

Cinco séculos depois e a violência contra a mulher, agora com nova roupagem, segue muito presente nas sociedades pós-coloniais. O feminicídio, definido como o homicídio de mulheres por questões de gênero, é um tema imprescindível de ser discutido, principalmente como problema enraizado e por oferecer indícios de que pode acontecer, como ameaças prévias, violência sexual, violação de ordens de restrição, entre outros (SACCOMANO, 2017). Feminicídio é uma questão de política pública que só começou a ser trabalhada nas últimas décadas, e revela o quanto as percepções estabelecidas na caça às bruxas continuam entre nós. Sendo assim, o artigo inicia com uma revisão de algumas obras de Silvia Federici, em especial “O Calibã e a Bruxa” para desvendar a exaltação à violência contra a mulher na transição ao capitalismo e a agenda por trás da caça às bruxas. Em seguida, é abordada a chegada desta prática às Américas e os resquícios deixados por esta, para então se adentrar no feminicídio, seus conceitos, histórias que o visibilizam e se tratar brevemente sobre os avanços e retrocessos em seu combate.

A Violência da Caça às Bruxas na obra de Silvia Federici

No livro “Calibã e a Bruxa” de Silvia Federici, a autora traz correlações entre a mudança do período feudal para a institucionalização do capitalismo, as revoluções de servos que ocorreram em meio a Idade Média e a caça às bruxas como ferramenta de repressão à população proletária por revoltas e por seu modo de vida que não correspondia com os princípios da Igreja Católica. No entanto, a utilização da violência contra a mulher como instrumento político inicia antes mesmo da caça às bruxas. No momento em que a classe trabalhadora adquiria mais controle sobre seu pagamento e opções de trabalho após a Peste Negra e morte de cerca de um terço da população europeia em decorrência desta, impactando para perda massiva de trabalhadores e sua consequente valorização, o Estado tomou medidas absurdamente misóginas e instituiu uma política de descriminalização do estupro praticado contra vítimas de classe baixa (FEDERICI, 2019a).

Com isso, o estupro coletivo se tornou prática comum, realizada abertamente durante as noites, com a invasão de casas por grupos de até quinze homens sem qualquer tentativa de esconder o crime. O resultado foi o terror generalizado e o ganho por parte das autoridades do que mais queriam: o enfraquecimento do sentimento

de solidariedade de classe alcançado na luta feudal. Para as mulheres, as consequências, para além do estupro em si, eram uma reputação destruída, abandono da cidade ou dedicação à prostituição. Além disso, disseminou-se um clima misógino que degradou mulheres de todas as classes e, conforme Federici (2019a, p. 104) “também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período”.

Seguindo nessa linha de ação, a virada ao capitalismo veio por meio de submissão de populações nativas nas Américas, cercamentos, açoitamentos, encarceramentos e a caça às bruxas. Dessa forma, para Federici, a violência foi a alavanca do processo de acumulação primitiva utilizado pelo capitalismo, visto que o desenvolvimento capitalista exigiria o aumento da riqueza apropriada pela classe dominante e do número de trabalhadores sobre seu comando. Portanto, a autora retoma as frases de Marx sobre violência “A violência [...] é ela mesma uma potência econômica” e “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova” (Federici, 2019a, p. 121). As frases de Marx são interessantes postas em comparação a este momento no qual ocorria uma transição do modo de produção em que a violência institucionalizada era o meio encontrado para controle dos

trabalhadores. Entretanto, Federici critica os pontos de Marx, principalmente por minimizar a maleficência por trás do processo de acumulação de capital, sugerindo necessidade e inevitabilidade de tal processo.

Embora a violência contra as mulheres já estivesse presente nas ações carregadas pelas autoridades estatais, do capital e pela Igreja, a caça às bruxas inicia pela metade do século XV, com julgamentos na França, Alemanha, Suíça e Itália, com descrições sobre o sabá, o encontro dessas mulheres com demônios para a prática de bruxaria, e a declaração da feitiçaria como uma forma de heresia e crime máximo contra Deus. Ao mesmo tempo em que Colombo chegava às Américas, multiplicavam-se os julgamentos de bruxas, cujo auge ocorreu entre 1580 e 1630, e os países, mesmo em guerra entre si, firmavam acordos para a caça às bruxas. O Rei Carlos V da Alemanha estabeleceu em 1532 a bruxaria como crime punido com morte, e em 1550, Escócia, Suíça, França e Países Baixos Espanhóis também aprovaram leis de criminalização à bruxaria e para incitar a população a realizar denúncias (FEDERICI, 2019a).

A caça às bruxas foi um movimento das classes governantes, não da população ignorante ou amedrontada, os Estados criaram propaganda para gerar psicose entre a população, alertando-a sobre o perigo das bruxas, publicizando julgamentos

famosos e os feitos atrozes das bruxas. Homens da lei foram os responsáveis pela popularização desse medo e intelectuais de prestígio assinaram embaixo da perseguição como forma de controle social, como Thomas Hobbes e Jean Bodin, sendo a bruxaria um dos temas preferidos de debate das elites intelectuais. Outrossim, a Igreja Católica teve papel importante nesse empreendimento, fornecendo o arcabouço metafísico e ideológico para a perseguição (FEDERICI, 2019a).

Diante disso, Federici afirma que a caça às bruxas foi um ataque à resistência das mulheres contra a difusão das relações capitalistas e o poder buscado pelo capitalismo sobre sua reprodução, sexualidade e capacidade de cura. A caça às bruxas construía uma nova ordem patriarcal na qual o corpo e capacidades das mulheres foram colocados sobre o controle do Estado, os caçadores de bruxa visavam a eliminação de certos comportamentos femininos. E as bruxas, as mulheres vítimas de perseguição que o Estado buscava combater, eram mulheres que de alguma forma não correspondiam aos princípios da época, que tentavam regular sua reprodução, eram mulheres que possuíam algum conhecimento sobre as ervas da região e chás para cura de doenças, ou abortivos, e eram mulheres mais velhas, que viviam da assistência pública ou da

mendicância, eram casadas com homens de classe baixa, mas principalmente eram viúvas e viviam sozinhas (FEDERICI, 2019a).

Estas eram as figuras mais temidas pelo Estado, as pessoas que poderiam lhe gerar algum custo por serem parte de classes baixas e não conseguirem sobreviver sem a ajuda da vizinhança ou do próprio Estado, ou seja, este ao as culpabilizar e caçar estaria se desvinculando de seus compromissos de assistência social e promoção de melhoria de vida aos proletários. E as mulheres que objetivassem controlar sua reprodução ou auxiliar no controle da reprodução das mulheres à sua volta, impedindo que o sistema capitalista pudesse determinar a quantidade de trabalhadores com a qual gostaria de contar.

A figura da bruxa teria sido atribuída a mulher por sua tendência à “luxúria insaciável” e por suas debilidades morais e mentais, sendo seres diabólicos. A caça às bruxas promovia a expropriação dos corpos das mulheres para a utilização destes como máquinas para produzir mão de obra. Mulheres deixavam de adotar medidas contraceptivas ao verem suas vizinhas queimarem nas fogueiras pelo mesmo ato. E conforme Federici, essas torturas eram incumbidas em misoginia e sadismo sexual, no procedimento padrão, as mulheres eram despidas e depiladas completamente, furadas com agulhas pelo corpo, estupradas, e questionadas sobre

sua virgindade. As execuções eram eventos públicos que contavam com a participação de todos os membros da comunidade, incluindo a família das vítimas, as degradando e destruindo seu poder social. Ao mesmo tempo em que se demonizava a figura da mulher, a supremacia masculina era santificada e as mulheres eram apontadas como destruidoras do sexo masculino, pois contaminavam os homens com seu toque e os fragilizam. Com esse contexto, muitos homens aproveitaram para se livrar de suas esposas e amantes indesejadas ou impedir a vingança das mulheres que haviam estuprado ou seduzido (FEDERICI, 2019a), uma ligação ao feminicídio íntimo dos dias atuais. Este é um tipo de feminicídio cometido por um homem que possui relação íntima, familiar ou de convivência com a vítima (SACCOMANO, 2017).

Mesmo homens que não se aproveitavam da situação e não estavam de acordo com ela se mantinham calados frente às atrocidades do Estado, com medo de serem incluídos nas acusações e, segundo Federici, esses anos de propaganda e terror serviram como base para a alienação psicológica com relação a mulheres e a solidariedade quanto a essas em meio ao proletariado. Enquanto os homens não ofereciam suporte às mulheres na luta contra o horror da caça às bruxas, as próprias mulheres se distanciavam uma das outras, pois outra forma de fragilizá-las encontrada pelo Estado foi a

suspeita sobre amizades femininas, denunciadas como subversão da aliança entre marido e mulher, e a coerção às mulheres a delatar umas às outras como cúmplices de bruxaria. Ainda, a palavra *gossip* (fofoca) teve seu significado alterado de “amiga” como era na Idade Média, para fofoca como conotação negativa dessas relações (FEDERICI, 2019a).

Diante disso, pode-se apontar que a caça às bruxas alterou a percepção da sociedade sobre a mulher e prejudicou os avanços a uma participação mais igualitária destas na sociedade, conforme vinha se desenvolvendo em meio às revoltas camponesas. No lugar disso, essa empreitada pensada como um projeto estável ao ser composto por governo, Igreja e o capital, obteve sucesso em impedir as mulheres de controlar sua reprodução e assim prejudicar a produção em massa de mão de obra indispensável ao capitalismo e em inibir a expressão de ideias das mulheres, colocando-as de volta ao lar e subserviência ao marido e ao Estado. Mas para muito além disso, a caça às bruxas, em seus séculos de violência extrema contra as mulheres, solidificou uma visão negativa e desconfiada sobre a mulher no imaginário na sociedade. Os séculos de propaganda fizeram com o que as mulheres fossem vistas como inferiores e dignas de desconfiança, mesmo entre elas. A violência contra a mulher foi banalizada e fortalecida como ferramenta de

disciplinamento às mulheres que não se comportassem da forma esperada. Com tal exposição, não é difícil imaginar as ligações desses séculos de terror e estabelecimento de uma ordem misógina e agressiva contra as mulheres com a problemática da violência de gênero e feminicídio persistente até os dias atuais.

O reconhecimento dos abusos da caça às bruxas surge somente com o advento do movimento feminista, que retira esse fenômeno da clandestinidade. Ao se reconhecerem como bruxas, feministas apontaram o desafio às estruturas de poder que as bruxas representavam e como este teria sido o “pecado original” no processo de degradação às mulheres que ocorre com o capitalismo (FEDERICI, 2019a). Com a força desse movimento opressor durante séculos, para então ser ignorado e convenientemente citado como fantasia, é ainda muito recente seu reconhecimento como prática de terror e seus resultados permanecem nas sociedades contemporâneas.

Uma nova caça às bruxas: o feminicídio na América Latina

Os destinos das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo. Por sua vez, de

acordo com Luciano Parinetto, a experiência americana persuadiu as autoridades europeias a acreditarem na existência de populações inteiras de bruxas, o que as instigou a aplicar na Europa as mesmas técnicas de extermínio em massa desenvolvidas na América (FEDERICI, 2019, p. 357).

Como já mencionado, a caça às bruxas acontecia ao mesmo tempo em que era iniciada a exploração das Américas e sua colonização. Enquanto de um lado do mundo as mulheres eram perseguidas e assassinadas, do outro populações inteiras eram escravizadas e postas ao trabalho para a acumulação primitiva capitalista. Federici indica que embora geralmente a perseguição de mulheres por alegação de bruxaria seja relacionada à Europa, há indícios de que não apenas Salem, mas o Novo Mundo também utilizava essa prática. A adoração ao diabo teria papel-chave na colonização dos indígenas americanos, e houve mulheres perseguidas por bruxaria em países como o Peru. Para a autora, no Novo Mundo a caça às bruxas foi uma estratégia de propagação do terror para a destruição de resistências coletivas, silenciamento de comunidades inteiras e instigação ao conflito. Era uma forma de desumanização que servia como justificativa a escravidão e ao genocídio (FEDERICI, 2019a).

Desta forma, a caça às bruxas é trazida pela América como prática, mas também como cultura misógina propagada pela

população vinda da Europa, já impregnada do modo de pensar de diminuição da mulher e violência física e psicológica contra estas. Sendo assim, a realidade feminicida dos dias atuais não pode vir como surpresa. Comin (2020), abordando o contexto brasileiro observa que os contornos do patriarcado em meio a colonização deixaram suas raízes. Naquele cenário, as mulheres brancas passavam do pai para o marido, nunca possuindo autoridade sobre si mesmas, não possuíam acesso à educação, direito à propriedade ou ao voto, cabendo para estas a gestão do lar e da reprodução. Já as mulheres negras e indígenas sofriam com a escravização e suas violências, além de serem frequentemente estupradas. Sendo assim, tais dinâmicas influenciaram as mentalidades dessas mulheres e geraram comportamentos passados a cada geração, comportamentos de obediência aos homens. Com os fatores históricos da colonização, os homens se perceberam como donos dos corpos e vidas femininas, e a continuidade dessas ações de submissão das mulheres legitimou as violências de gênero.

O passar dos séculos assentou a normalidade da violência contra a mulher, e Federici (2022) oferece alguns exemplos dessa facilidade dos homens e do Estado ao ferir as mulheres em sua obra “Reencantando o Mundo: Feminismo e a Política dos Comuns”. Ao tratar sobre o problema das dívidas familiares no Terceiro Mundo, a

autora aponta que um método de punição é a invasão das casas de famílias em débito e açoitamento aos inadimplentes, derramamento de piche sobre seus corpos e com relação às mulheres, além disso têm seus cabelos raspados, claramente uma punição específica ao seu gênero. Outrossim, nas lutas das mulheres por terras no Quênia, para impedir a posse das mulheres a terra, muitas são inclusive acusadas de bruxaria e de assassinato aos seus esposos para tomada de seus bens. Desse modo, o quão presente a demonização da mulher promovida pela caça às bruxas e suas práticas de violência contra a mulher ainda estão nas sociedades pós-coloniais.

Vale, portanto, tratar sobre o feminicídio como a consequência final do ciclo de violência contra a mulher e problema tão latente nessas sociedades pós-coloniais, aqui sendo abordada a América. A feminista Diana Russell foi a responsável pela popularização do termo "femicídio" como o assassinato de pessoas do sexo feminino por homens por pertencerem ao sexo feminino. No entanto, uma vez que o termo chega à América Latina, a feminista mexicana Marcela Lagarde altera sua escrita de "femicídio" para "feminicídio" visando alterar também seu significado para compreender a realidade latinoamericana, sendo incluído ao seu significado elementos de impunidade, violência institucional e diligência quanto às mulheres. Ressalta-se que o termo não se refere

simplesmente ao homicídio de mulheres, mas ao homicídio por questões de gênero, casos nos quais as investigações indicam circunstância de morte e relação entre assassino e vítima (SACCOMANO, 2017).

São alguns dos mais comuns tipos de feminicídio na América Latina o feminicídio íntimo, não íntimo, por conexão, sexual e transfeminicídio. O feminicídio íntimo é cometido por pessoas com as quais as vítimas possuem uma relação íntima, como namorados, maridos, ex-maridos ou familiares. O não íntimo, por outro lado, ocorre quando não há relações íntimas, como amigos, colegas de trabalho ou mesmo desconhecidos. O feminicídio por conexão ocorre quando uma mulher tenta interferir nas agressões sofridas por outra mulher e acaba sendo também assassinada pelo agressor. O feminicídio sexual se refere a casos em que o assassinato é precedido por tortura e abuso sexual, e o transfeminicídio é o assassinato de transgêneros e travestis motivado pelo ódio e por sua representação do feminino e desafio ao padrão heteronormativo (SACCOMANO, 2017; COMIN, 2020).

Conforme Saccomano (2017), o feminicídio geralmente é precedido de abuso, ameaças de assassinato com armas, relações sexuais forçadas, consumo de drogas e álcool, problemas de saúde mental, não encarceramento do agressor em situações de violação de

ordem restritiva, assim como facilitado por uma conjuntura estatal que não restringe o acesso a armas de fogo para agressores, possua baixo número de mulheres eleitas, e baixo gasto social em saúde e educação. Ao abordar o feminicídio na América Latina, Aguirre (2021) indica a influência da colonialidade sobre esses eventos, pois os países latinoamericanos permaneceram dentro das estruturas sociais coloniais, as quais estruturam a ordem de gênero vigente. A América Latina segue constituindo local de ação das potências mundiais interessadas em seus recursos materiais e humanos, a Europa segue beneficiada pela exploração na região, seja de recursos materiais, seja de mão de obra ou tráfico humano e de drogas. E enquanto as políticas de igualdade de gênero florescem na Europa, como o destaque dos países nórdicos por seus avanços em divisão de trabalho e acesso ao mercado de trabalho, a América Latina ainda lida com as chagas da influência europeia.

A violência contra a mulher e o feminicídio possuem altos índices no Brasil, conforme será tratado adiante, e a análise de alguns casos amplamente divulgados possibilitam a percepção de elementos de ineficácia estatal e padrões de violência. O caso mais famoso de violência contra a mulher no país somente pode ser o que dá nome a legislação brasileira que instaura mecanismos de prevenção à violência contra a mulher, a Lei Nº 11.340/2006 ou Lei Maria da

Penha (OLIVEIRA, E., 2013). Maria da Penha Maia Fernandes foi casada com Marco Antônio Heredia Viveiros e após anos de agressões e ameaças, em maio de 1983 pediu a separação do marido e sofreu uma tentativa de feminicídio que a deixou paraplégica e duas semanas depois, novamente sofreu um ataque com a tentativa do ex-marido de eletrocutá-la durante o banho. O primeiro depoimento de Maria da Penha à polícia ocorreu em 1984, entretanto, o agressor foi preso somente em 2002, após a denúncia por Maria da Penha ao Estado brasileiro na Comissão Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DE SOUZA, 2012).

Maria da Penha denunciou o Estado brasileiro por sua tolerância a violência cometida contra ela e falta de medidas para processar e punir o agressor, ainda que o Estado fosse signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. A Comissão responsabiliza o Brasil por negligência, omissão e tolerância à violência contra às mulheres e recomendou medidas para o processamento penal de Viveiros e investigação sobre os motivos das irregularidades desse processamento. A OEA também recomendou a intensificação do processo de reforma a tolerância

estatal quanto à problemática e essas medidas resultaram no marco da Lei Maria da Penha (DE SOUZA, 2012).

Enquanto o caso de Maria da Penha demonstra a negligência estatal à violência contra a mulher, o feminicídio de Eloá Pimentel, somente dois anos depois da promulgação da Lei Maria da Penha, demonstra o pensamento da sociedade brasileira quanto às relações de gênero e tendência a irresponsabilização dos agressores e assassinos. O caso, em resumo, trata-se do cárcere privado de Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, e mais três colegas de escola, por seu ex-namorado Lindemberg Alves, de 22 anos. Eloá e seus colegas passaram dias aprisionados no apartamento de sua família por Lindemberg, em constantes agressões e ameaças a ela, que culminaram em seu feminicídio no quarto dia de aprisionamento. O caso traz muito da percepção brasileira sobre a honra masculina quando se analisa a cobertura midiática do cárcere privado e acesso da mídia ao agressor, que durante o período foi além das negociações com a polícia, contatando a mídia, por sua preocupação sobre a opinião pública, e tendo a chance de explicar sua versão ao Brasil (VIANNA, 2010).

Em entrevista à imprensa, o advogado de Lindemberg, Ademar Gomes, dizia acreditar que a situação se desenrolaria no casamento entre Eloá e seu agressor, que estava “desequilibrado pela

paixão”. A polícia, por sua vez, afirma que poderia ter atirado em Lindemberg, porém ele era um rapaz de 22 anos, sem antecedentes criminais e lidando com uma crise amorosa (VIANNA, 2010). O final da história é conhecido, Eloá perdeu sua vida nas mãos do agressor romantizado pela mídia e pela polícia. Com base em todo o histórico exposto até o momento, é possível observar em casos reais até que ponto a misoginia e falta de preocupação diante da violência contra a mulher pode chegar. O cárcere privado de uma adolescente de 15 anos foi tratado como espetáculo no qual era esperado uma retração por parte daquele que a agredia e a mantia cativa, sem a necessidade de ação das forças estatais.

Sendo essa a mentalidade ainda muito presente na América Latina, não é surpresa que a região possua altos índices de feminicídio, conforme observado na tabela abaixo:

Tabela 1: Número de feminicídio em países selecionados da América Latina em 2020

País	Nº de feminicídios (2020)
Brasil	1738
México	948
Argentina	251
Honduras	227
Colômbia	182
Peru	137
República Dominicana	132
Venezuela	122
Guatemala	119
Bolívia	113

Fonte: Elaborado pela autora com base em CEPAL (2022).

Não obstante, vem sendo instituídas diversas políticas públicas para a erradicação do feminicídio, como o Projeto de Lei Modelo para a Criação de Equipe Judicial Especializada em Violência Doméstica, Sexual e Institucional da Argentina, que oferece respostas judiciais às vítimas de violência contra a mulher, assim como o Corpo de Advogadas e Advogados para Vítimas de Violência de Gênero, que oferece apoio jurídico gratuito e a Rede de Promotoras Territoriais de Gênero, que realiza acompanhamento às vítimas em suas comunidades (IPPDH, 2020). No caso argentino,

também se destaca a Lei Micaela, que prevê a capacitação do funcionariado público para sua melhor atuação quanto à violência contra as mulheres (ARGENTINA, 2019). O Uruguai, por outro lado, tem como uma de suas respostas ao feminicídio o uso de dispositivos eletrônicos em agressores para supervisão de sua localização e acionamento rápido aos serviços de proteção em casos de descumprimento da medida protetiva (IPPDH, 2020).

E o Brasil, além da Lei Maria da Penha, instituiu, em 2005, a Lei Nº 13.104, conhecida como Lei de Feminicídio, que reconhece o crime como “assassinato que envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima” (BITTAR, 2020). Entre suas variadas iniciativas de combate ao feminicídio, vale citar o Programa Mulher, Viver sem Violência que visa ampliar e integrar todos os serviços públicos dirigidos às mulheres em situação de violência (IPPDH, 2020). O programa possui seis eixos de atuação para a complementariedade dessa política: a ampliação da Central do Ligue 180; a construção de Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteiras secas; a disponibilização de Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo, na floresta e nas águas; a organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; campanhas continuadas de conscientização sobre a violência

contra as mulheres; e as Casas da Mulher Brasileira (BRASIL, S/D; BUENO, 2017).

A Casa da Mulher Brasileira é o principal eixo do programa, funcionando como local de atendimento à mulher em situação de violência construído para sanar as diferentes dimensões de sua vulnerabilidade, ao oferecer apoio psicossocial, defensoria pública, alternativas de cursos e capacitações para sua autonomia econômica e encaminhamento a abrigos se necessário (BUENO, 2017). A proposta do programa seria a construção de ao menos uma Casa da Mulher Brasileira em cada capital, mas com os cortes no orçamento da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), em até 65% entre 2015 e 2018, houve também redução de 54% dos recursos para as Casas (UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA, 2021). Esses cortes aconteceram em meio a crise política e econômica no Brasil e ao *impeachment* da primeira presidente mulher da história brasileira, ato que muito significativamente precedeu os retrocessos às políticas para as mulheres no país. Segundo Muniz (2017), se em um contexto “típico” a decisão política tende ao desatendimento do direito ao desenvolvimento, em contextos de calamidade econômico-financeira a contenção de gastos públicos atinge primeiro as políticas públicas para o bem-estar feminino.

Os séculos passam e o feminicídio assume novas roupagens, no entanto, seus elementos mais básicos que permitem sua perpetuação seguem por meio da cultura misógina e banalização da violência contra a mulher, em especial quando essa não obedece aos princípios e expectativas da comunidade onde vive. É verdade que o Estado deixou de ser o promotor da perseguição das mulheres, de seu feminicídio, mas continua facilitando a ocorrência dessa violência ao negligenciar os casos e mesmo pela composição da máquina estatal. Conforme Oliveira, B (2018), as políticas públicas são dominadas pelos homens, tornando o poder majoritariamente homem, branco, heteronormativo e burguês.

Portanto, o corpo da mulher continua como território institucionalizado e desumanizado. A representação feminina na Câmara dos Deputados alcança somente 15%, e no Senado e câmaras municipais, 16%. Ainda assim, o Congresso Nacional anistiou os partidos que não cumpriram com a cota mínima de mulheres e negros nas eleições de 2020. Como resultados, os recursos alocados para políticas para mulheres foram de 43,28 milhões em 2022, em comparação aos 71,95 milhões de 2019, antes da pandemia do Covid-19, e entre estes recursos, somente 0,28% foi destinado ao combate à violência contra as mulheres, independente

do crescimento da violência contra as mulheres nos últimos anos (GTSC A2030, 2022).

É em meio a essa conjuntura de avanços lentos por parte do aparato estatal e forte estrutura machista muito presente nos três poderes que as mulheres se voltam umas às outras para proteção. Embora a caça às bruxas tenha debilitado a solidariedade entre mulheres e as afastado umas das outras percebendo a ameaça de suas conexões ao padrão de relacionamento marido e mulher patriarcal, e ainda a diminuição de suas relações pelo termo pejorativo “fofoca”, as mulheres seguem representando redes de proteção entre si. Federici (2019b), aborda essa proteção nas comunidades de luta pela terra e o auxílio mútuo das mulheres à criação dos filhos e mesmo em defesa umas às outras em casos de violência por parte dos maridos. Essa proteção comunitária é algo presente desde a colonização:

Nas colônias, as mulheres também eram as mais passíveis de acusações por bruxaria, porque, ao serem especialmente desprezadas pelos europeus como mulheres de mente fraca, logo se tornaram as defensoras mais leais de suas comunidades (FEDERICI, 2019a, p. 358).

Em seus vários trabalhos, Federici aborda temas distintos sobre as mulheres e sua discriminação no capitalismo patriarcal, as relações entre homens e mulheres e a sororidade entre as mulheres.

O que fica claro no exame de seu pensamento é a percepção da mulher pelo capitalismo patriarcal como um perigo, estando esta frequentemente à frente de levantes e revoltas que ameaçam a ordem vigente. Seja defendendo a si mesmas, seus filhos ou seus maridos, buscando melhores condições de trabalho, acesso à terra, acesso a bens financeiros, propriedades ou o direito pelo seu próprio corpo e reprodução, elas fazem a diferença. Por esse motivo, sucedeu uma perseguição sangrenta e violenta às mulheres e a todo comportamento que fugisse ao padrão “feminino”. Milhares de mulheres foram queimadas na fogueira e a desconfiança às mulheres e submissão destas foram implantadas no pensamento popular pelas autoridades do Estado, Igreja e Capital, um esforço que rende frutos até os dias atuais. Não obstante, hoje outras milhares de mulheres expõem os horrores da caça às bruxas e a agenda por trás dessa política muito bem elaborada.

Essas mesmas autoridades ainda promovem a caça às bruxas, com o fenômeno do feminicídio sendo algo tão comum em todos os continentes, em especial aqueles que já contaram com a ocupação e colonização dos Estados europeus. As fogueiras forjaram os ideais burgueses de feminilidade e docilidade sob os quais a mulher deveria viver para não ser também caçada. Seus traços atualmente são a aceitação por parte das mulheres da violência

sofrida dentro de seus lares, o que culmina muitas vezes em seu assassinato. Mas é também traço deixado a falta de confiança das mulheres nos mecanismos do Estado, que frequentemente falham com elas, estes foram os casos de Maria da Penha, Eloá e tantas outras latinoamericanas que ainda sofrem com os resquícios da caça às bruxas.

Considerações Finais

A presente pesquisa intentou realizar uma análise sobre os frutos do passado de caça às bruxas, iniciada na Europa no século XV e trazida à América Latina em suas práticas e no pensamento dos colonizadores para impactar até os dias atuais na violência contra a mulher. Observa-se que a violência contra a mulher foi utilizada como instrumento de terror pelo Estado cada vez que as demandas do povo não o beneficiavam e quando suas próprias falhas eram evidenciadas, o que fica claro com a legalização do estupro em meio a um período de revoltas e com a criação da figura da bruxa como algo a ser temido, quando estas eram frequentemente apenas mulheres pobres, viúvas, que recorriam a mendicância para sua sobrevivência. Desta forma, a caça às bruxas foi um meio do Estado se livrar de seus próprios compromissos com parte da população, porém mais que isso, ressalta as conexões entre Estado e Igreja para

o estabelecimento de um padrão comportamental a ser seguido pela população que beneficiasse ambos. Sendo assim, qualquer mulher que questionasse ou fosse contra os princípios firmados, optando pelo controle de sua reprodução e mais autonomia em sua vida, era declarada como bruxa, sendo torturada e queimada, e deixando assim um exemplo para as demais. Com isso, é inserida no imaginário social uma percepção da mulher como levada ao pecado e ao mal, podendo ser enganosa, e mesmo as amizades entre mulheres são desestimuladas por também adquirirem conotação negativa como fofoca.

A mulher é colocada em um lugar de submissão, algo que é espelhado nas colônias europeias na América, com as mulheres brancas nas mãos de seus pais ou maridos, e as mulheres negras e indígenas enfrentando as dores da escravidão. Este é o passado que leva ao contexto atual de feminicídio na região, o caso Maria da Penha demonstra a ineficiência do aparato estatal brasileiro quanto a tal problemática, e negligência e desinteresse. O caso Eloá ilustra a mentalidade do povo brasileiro e facilidade com a qual a vida do homem é priorizada sobre a da mulher. Embora as últimas décadas tenham trazido avanços ao combate ao feminicídio, este segue longe de ser tratado como pauta prioritária, em um Estado que ainda tem presente padrões semelhantes ao da caça às bruxas. Os recursos

faltam e a voz feminina nos espaços de poder também, com isso, as mulheres seguem sendo caçadas em suas próprias casas, em suas comunidades, debaixo dos olhos do Estado e da sociedade, tal como na caça às bruxas de séculos atrás.

Referências

AGUIRRE, Kathleen Kate Dominguez. Neoliberalismo, Políticas de Gênero e feminicídio na América Latina. *Conjuntura Austral*, v. 12, n. 60, p. 66-74, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2178-8839.113519>>. Acesso em: 18 mai. 2022.

ARGENTINA. *Ley 27.499*, de 1º de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27499-318666/texto>>. Acesso em: 13 out. 2022.

BITTAR, Paula. Câmara dos Deputados. *Lei de Femicídio faz cinco anos*. 9 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-femicidio-faz-cinco-anos/#:~:text=H%C3%A1%20cinco%20anos%2C%20no%20dia,condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulher%20da%20v%C3%ADtima>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Síntese das Ações da Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (ago-dez/2015)*. S/D. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/comunicação/atas-das-reunioes/45a-reuniao/anexo_n_04-informes-sev.pdf >. Acesso em: 19 mai. 2021.

BUENO, Samira; DE LIMA, Renato Sérgio. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/anuario-13/> >. Acesso em: 17 mai. 2022.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Femicide or femicide*. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/en/indicators/femicide-or-femicide>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

COMIN, Jaqueline Teodoro. Raízes Socioculturais, Históricas e Políticas que Sustentam o Feminicídio. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/10431>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

DE SOUZA, Luanna Tomaz. Direitos humanos das mulheres e controle da atividade estatal: o caso Maria da Penha. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13130/9082>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2019a.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019b.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

GTSC A2030 - Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. *VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil*. Brasil: GTSC A2030, 2022. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2022/>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IPPDH - Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos. *Muerte de mujeres por razones de género*. IPPDH: Argentina, mai 2020b. ISBN: 978-987-46093-4-2.

MUNIZ, Veyzon Campos. Direito ao desenvolvimento no estado de crise: A efetividade da igualdade de gênero em xeque. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 1, p. 276-296, 2018.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000100276&script=sci_arttext>.
Acesso em: 7 abr. 2021.

OLIVEIRA, Brígida de Souza. *Herdeiras da Inquisição: Uma análise da violência contra a mulher, no desenvolvimento do capitalismo*. 2018. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Dez anos de políticas para mulheres: avanços e desafios.

In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. SADER, Emir (org.). São Paulo, SP: Boitempo, 2013.


SACCOMANO, Celeste. El feminicidio en América Latina: ¿ vacío legal o déficit del estado de derecho?/Feminicide in Latin America: Legal Vacuum or Deficit in the Rule of Law?. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 117, p. 51-78, 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26388133>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. *CFEMEA 30 anos - Quem ama não mata*. 24 out.

2019. Disponível em: < <https://feminismo.org.br/cfemea-30-anos-quem-ama-nao-mata/20110/>

>. Acesso em: 10 mai. 2021.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. O caso Eloá: análise da abordagem de feminicídio na mídia. *Fazendo Gênero*, v. 9, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278299010_ARQUIVO_semiramis-eloafeminicidio.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.



Capítulo 3

Campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo”: problematizações a partir da leitura de Silvia Federici

Bárbara Birk de Mello⁶

Introdução

Segundo dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos do Governo Federal (2022), desde 2019, o número de mães com idades entre 10 e 19 anos, diminuiu, em média, 18%. Apesar da crescente redução dos casos de gravidez na juventude, ela ainda é tratada como grande problemática por diversos setores da sociedade brasileira, inclusive pelo Governo Federal, como buscar-se-á analisar a seguir através da campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo, de fevereiro de 2020.

⁶ Graduada em História e mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Link para acessar o currículo: <http://lattes.cnpq.br/9353720538540824> E-mail: barabarabmello@gmail.com

A escolha desta campanha se deu devido a ela incitar a abstinência sexual e ser proposta pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) em virtude da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Assim que lançada, ela gerou diversas retaliações, inclusive do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que recomendou o fim da campanha, como veremos mais adiante.

Tem-se como problema de pesquisa: como a leitura de Federici possibilita discussões críticas acerca da campanha acima destacada? Os objetivos do estudo são: abordar, brevemente, as discussões em torno da gravidez na juventude, apresentar a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo e analisá-la a partir de duas obras de Silvia Federici (2017, 2019).

O primeiro subcapítulo traz uma breve discussão sobre a gravidez na juventude, mais comumente referida como gravidez na adolescência, para então podermos aprofundar nosso olhar para a campanha entendendo suas ações e a repercussão que esta teve. Por fim, chegaremos na parte central deste texto que é analisar a campanha tendo como base o olhar de Silvia Federici nos seguintes estudos: O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução

e luta feminista (2019) e Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva (2017).

O presente texto parte de uma análise bibliográfica da literatura acerca da gravidez na juventude, da campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo e das obras de Silvia Federici (2019, 2017). Entende-se que as discussões feitas por essa autora podem ajudar a analisar criticamente a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo, principalmente no que tange o trabalho reprodutivo, o cuidado associado ao feminino e o controle sobre o corpo das mulheres.

Ao final do capítulo, esperamos que os(as) leitores(as) tenham conseguido problematizar a campanha em questão entendendo que a abstinência sexual não pode ser posta como uma política pública juvenil e que precisamos, em primeiro lugar, que as políticas públicas juvenis de saúde e de educação sejam mais eficientes, eficazes e efetivas. Ademais, que discutir o trabalho reprodutivo como colocado por Federici (2017, 2019) é central para problematizar e potencializar as discussões sobre gravidez, maternidade e paternidade, mais ainda, é central para os movimentos feministas.

Gravidez na juventude: alguns olhares iniciais

A escolha por analisar a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo advém de diversos fatores, sendo o principal deles a grande problematização em torno da gravidez na juventude por parte da mídia, sociedade em um geral e pesquisadores de diversos campos (HEILBORN, 2006; REYS; ALMONTES, 2014). Ainda, a gravidez na juventude tem grande centralidade nos discursos de agências governamentais, nacionais e internacionais, e organizações não governamentais (BRANDÃO, 2006).

Como cita Brandão (2006, p. 63):

Em geral, os discursos sobre a gravidez na adolescência adquirem um tom alarmista e moralista, associando-a à pobreza, marginalidade social, desestruturação familiar, além de enumerar uma série de riscos sociais, médicos e psicológicos para os sujeitos envolvidos. Ela estaria na contracorrente das normas que regulam a reprodução.

Aqui, entende-se que, para além de estigmatizar a gravidez juvenil, é preciso atentar para como os(as) jovens com experiência reprodutiva enxergam suas condições de gravidez, maternidade e paternidade. E, ainda mais, perceber como os(as) jovens sem experiência reprodutiva percebem estas possibilidades.

Reys e Almontes (2014) apontam que a ideia da gravidez na juventude como um problema é relacionada à alguns fatores principais: infrequência escolar, riscos de saúde, dificuldades de conseguir emprego e manutenção da pobreza. Porém, os autores demonstram que a maioria dos jovens desistem da escola antes de engravidar, que jovens enfrentam condições de saúde impróprias muito antes de ter filhos, que os pais e mães adolescentes já não conseguiam trabalho antes da maternidade e paternidade e que os jovens já estavam na condição de pobreza muito antes de ocorrer uma gestação.

Heilborn (2006) também destaca a construção da noção de que a gravidez na juventude é um problema social, vista como um evento perturbador, porém, essa visão ignora a diversidade de circunstâncias e desdobramentos que a maternidade e paternidade juvenis podem trazer. Segundo a autora:

A mobilização em torno da gravidez na adolescência desemboca em diversas formas de institucionalização, isto é, de homogeneização do modo de tratamento do problema. Não se trata de negar que jovens que engravidam antes dos 20 anos suscitem preocupações sobre o desenvolvimento de sua trajetória de vida e da possível consequência desta sobre a vida da criança nascida. Contudo, esse episódio é enquadrado a priori em concepções generalizantes e, sobretudo, antecipadamente dramatizadas. (HEILBORN, 2006, p. 4).

A partir destas considerações, Reys e Almontes (2014) e Heilborn (2006) nos levam a refletir: não estaria o dito problema da gravidez na juventude encobrendo a falta de políticas públicas juvenis, principalmente voltadas para as camadas populares? Políticas para a permanência de jovens nas escolas, por melhorias no acesso à saúde e políticas de redução da desigualdade social?

Entende-se que a gravidez na juventude pode ser percebida tanto como uma experiência positiva quanto negativa para os(as) jovens (RANGEL; QUEIROZ, 2008). Isso, pois, cada um(a) deles(as) tem diferentes vivências, trajetórias e contextos. Logo, “Existe uma diferença de perspectiva em relação ao papel social desempenhado pela mulher, o seu nível sócio-econômico e a gravidez na adolescência.” (DADDORIAN, 2003, p. 86).

Para Knauth et al (2006, p. 303):

Em suma, os diferentes eventos e situações pelas quais passam os jovens – tais como namoro, união, gravidez – não se desenvolvem de forma linear e cumulativa (em etapas), como é muitas vezes preconizado como ideal, mas, ao contrário, simultaneamente. Essa diferença entre o ideal socialmente difundido e a experiência dos jovens contribui para a percepção – largamente compartilhada hoje em dia no Brasil entre o senso comum, a mídia, os formadores de políticas públicas, os atores de serviços das áreas da educação, saúde e proteção à adolescência – de que a gravidez nessa fase é essencialmente um problema e perturbadora do desenvolvimento ‘normal’ do curso da vida do jovem.

Conforme Valadão (2003, p. 215), a gravidez na juventude “[...] tem sido alvo de muitos projetos, sendo usualmente tachada como indesejada e precoce. Mas verifica-se nos depoimentos de adolescentes que, muitas vezes, a gravidez simboliza um status positivo, de maturidade conquistada, um projeto de futuro ligado à vida”.

Mesmo não sendo o foco neste artigo, vale citar que a presente autora está trabalhando em uma revisão narrativa dos estudos acadêmicos acerca da gravidez na juventude e políticas públicas. Até então foram analisados 70 artigos no Portal de Periódicos da CAPES, a maioria deles em português, sendo 45 da área da saúde e que tratam da gravidez na juventude como um problema. A seguir, trago algumas reflexões de artigos acessados a partir desta revisão.

Ceccin e Moraes (2017) trazem exemplo de uma revisão da literatura sobre gravidez na adolescência feita por outros autores e citam:

[...] a literatura biomédica utiliza expressões como ‘gravidez precoce’, ‘indesejada’, ‘não-planejada’ e ‘de risco’ para descrever e enfatizar as consequências sociais e biológicas ‘negativas’ associadas ao fenômeno, estabelecendo-se uma ideia de adolescência ‘na qual a gestação não está incluída como experiência normativa’, mas, ao contrário, vista como um ‘desvio de percurso’, um ‘evento não desejado’ pelas adolescentes e cujas

consequências frustram o que seria considerado uma ‘boa’ adolescência. (CECCIN; MORAES, 2017, p. 376)

Por fim, citamos um dos achados da revisão da literatura e que aqui nos será importante: 27 dos estudos analisados utilizaram entrevistas sendo que 23 trabalhos entrevistaram jovens do sexo feminino já mães e/ou grávidas e apenas sete entrevistaram pais. Conforme citam Soares et al (2010, p. 1139), “[...] o estudo da paternidade tem sido relegado a uma posição de menor destaque, em relação aos estudos sobre a maternidade.” Ponto importante para as nossas discussões a seguir.

Uma análise feminista da campanha de prevenção à gravidez

A campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo foi lançada em 03 de fevereiro de 2020 dentro dos planos da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. A Semana foi instituída pela Lei nº 13.798/2.019 em 2019 a qual acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em seu artigo oitavo consta:

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º

de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (BRASIL, 2019, p. 1).

A campanha foi promovida pelo MMFDH e pelo MS. A gravidez na juventude começou a ser mais discutida no MMFDH após o anúncio de que este Ministério iria elaborar uma Política Nacional de Prevenção ao Risco da Atividade Sexual Precoce. Em 6 de dezembro de 2019, o ministério em questão promoveu um seminário na Câmara dos Deputados que abordou o adiamento da iniciação sexual de adolescentes, inspirando-se em iniciativas religiosas como Eu Escolhi Esperar.

O lançamento da campanha aqui em questão contou com a presença da ministra do MMFDH, Damares Alves, e o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. No site do Governo Federal, no dia 03 de fevereiro de 2020 foi divulgada a matéria de título “Campanha visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil” que anunciava a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo. A reportagem discorre: “A proposta tem o objetivo de reduzir os altos índices de gravidez na adolescência que, no Brasil, estão 50% acima da média mundial.” (MMFDH, 2020, p. 1).

A publicação segue trazendo a fala da então ministra do MMFDH, Damares Alves: “Estamos há um ano conversando sobre

isso, porque precisamos mudar os números que estão postos. Buscamos inúmeras propostas, conversamos com todos: especialistas, pais, adolescentes. Conversamos e tivemos a coragem de falar sobre retardar o início da vida sexual, incluindo esse tema em toda a gama de métodos preventivos que já existem”. Segue:

Para Damares, estamos diante de um problema de saúde pública. ‘Não é um assunto moral, nem tão somente de comportamento. Há muitas coisas que nos dividem e separam, mas a vida precisa nos unir. Eu acho que todos concordam com isso, então precisávamos fazer alguma coisa’, explica. (MMFDH, 2020 p. 1).

Damares defendeu que existe base científica para a campanha, mas esta se apoia apenas em um estudo realizado no Chile. A campanha teve investimento inicial de cerca de R\$3,5 milhões de reais em forma de propagandas, posts e conteúdo informativo. Em relação à divulgação da campanha, o Ministério responsável, informou que esta ocorreria por meio das redes sociais, canais de internet, e televisão aberta. Espaços estes que não são de acesso à parcela significativa da sociedade brasileira.

Em um dos posters de divulgação, tem-se o seguinte texto: “GRAVIDEZ NÃO COMBINA COM ADOLESCÊNCIA e traz consequências para toda a vida. Informe-se. Reflita. Converse com sua família. Planeje seu futuro e procure orientações em uma

unidade de saúde.” Junto deste texto, uma imagem de uma mulher recebendo o diploma universitário. Nas imagens relacionadas à campanha sempre apareceram mulheres em destaque, fato importante para as discussões que levantaremos mais adiante.

Antes mesmo de ser lançada oficialmente, a campanha já gerou diversos movimentos contrários. A Defensoria Pública da União oficializou recomendação ao Ministério da Saúde dia 31 de fevereiro para que não fosse lançada a campanha porque não há evidências que comprovem a efetividade da abstinência sexual. Já o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou recomendação para que o MS e o MMFDH cancelassem a campanha pelo mesmo motivo.

Outro exemplo foi a Sociedade Brasileira de Pediatria, que relatou que a estratégia da abstinência é ineficaz do ponto de vista científico, antropológico e do desenvolvimento do ser humano (SBP, 2020). As polêmicas em torno da campanha acabaram sendo abafadas devido à pandemia da COVID-19 que, naqueles primeiros dias de fevereiro de 2020, começava a crescer e ser tema de preocupações crescentes.

A questão chave aqui é que é um erro supor que há uma ligação de causalidade direta entre o início da vida sexual e a ocorrência de uma gestação imprevista. Cabral e Brandão (2020) apontam que apesar de não utilizarem o termo “abstinência sexual”

na campanha aqui em questão, existe um apelo claro à iniciação sexual mais tardia. Segundo elas:

A escolha pela abstinência sexual ou adiamento da iniciação sexual pode ser uma opção legítima, de caráter íntimo e pessoal, de qualquer homem ou mulher, em qualquer idade, independentemente de credo religioso. Todavia, a formulação de políticas públicas em um estado democrático precisa estar assentada na perspectiva do respeito aos direitos humanos, ser construída baseando-se nas melhores evidências científicas disponíveis e respeitar a premissa da laicidade do Estado. (CABRAL, BRANDÃO, 2020, p. 1-2).

Concordando com as autoras, destaca-se a importância de atuar junto aos jovens com debates sobre educação sexual, debates em torno da saúde, principalmente acerca de infecções sexualmente transmissíveis (IST), prevenção de HIV e AIDS. Reitera-se que se faz necessário que os jovens tenham disponíveis os recursos para a prevenção e que tenham conhecimento sobre seus corpos e suas sexualidades.

Além disso, como já vimos no subcapítulo anterior, a gravidez na adolescência nem sempre é indesejada. Um dos diversos artigos que reitera esse fato é o de Dadoorian (2003). Ela aborda a gravidez na juventude a partir da fala de jovens buscando debater a visão da gravidez nessa fase da vida como um problema. Ela fez entrevistas com 20 jovens grávidas de camadas populares do Rio de

Janeiro e chegou à conclusão de que a gravidez é desejada por elas e que tem um papel social e psíquico importante. Como Gontijo e Medeiros (2004) destacam, existe contradição entre o discurso da gravidez na juventude como um problema e a prática dos jovens pais e mães.

Ainda, para refutar a abstinência sexual como uma política de prevenção à gravidez na juventude, destaca-se Bearman e Brückner (2001). Eles são exemplos de estudiosos que, assim como vários outros, fizeram uma revisão sistemática acerca da gravidez na juventude e propostas de abstinência e viram que os programas de educação baseados na premissa da abstinência sexual são ineficientes. Inclusive, os autores apontam que há maiores chances de os jovens que acessam esses programas não usarem métodos contraceptivos quando começarem a ter relações sexuais.

Outro ponto que deve ser tratado é a desigualdade de gênero. Uma campanha que incita a abstinência sexual deixa de abordar temas que são essenciais como a violência sexual, as diferenças de hierarquias dentro dos pares, discussões sobre consentimento sexual e sobre o uso de preservativos. Cabral e Brandão (2020, p. 2) apontam que “Incluir adolescentes homens nas abordagens para a redução da gravidez permanece um desafio se não for convocada a reflexão sobre masculinidade, virilidade, desigualdade e violência de

gênero.” Inclusive, o título da campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois” pode não chamar a atenção dos que não se sentem responsáveis pela gravidez, os jovens pais.

Além do recorte de gênero, é necessário problematizar as condições socioeconômicas destes jovens bem como o fator raça, pois uma gravidez de uma jovem branca de camadas médias não é criticada da mesma forma que a gravidez de uma jovem preta de camadas populares. E qual o motivo para tanto? Essa questão não tem a pretensão de ser respondida neste capítulo, mas uma hipótese inicial é de que, para certos segmentos da sociedade, o grande problema não é a gravidez na juventude, mas a gravidez da jovem pobre.

Para Gervasoni e Benetti (2021, p. 47) a campanha aqui em questão:

[...] olvida princípios como o da dignidade da pessoa humana, que é inerente a todos os indivíduos pela própria condição humana, o qual é alicerce da Constituição Federal Brasileira. Ademais, desconsiderou princípios da autonomia e da possibilidade da livre escolha ao não proporcionar informações disponíveis sobre o assunto a todos de uma forma conjunta, excluindo questões de diversidade e não aliando o papel compartilhada do Estado, das famílias e da sociedade.

Assim, entende-se que se fazem necessárias políticas públicas que visem a garantia dos direitos juvenis previstos no

Estatuto da Criança e do Adolescente: mais saúde, educação, atividades de lazer, acesso à moradia, alimentação de qualidade, cultura, segurança, entre outros. Colocar a gravidez na juventude em um espaço de problema e incentivar a abstinência sexual disfarça a falta de zelo para com os jovens e as enormes desigualdades sociais que os circundam.

Ao longo do último livro, Federici (2017) vai discutir a caça às bruxas, a transição para o capitalismo e o trabalho doméstico não remunerado das mulheres. Um primeiro ponto para tratarmos aqui é o fato de que, desde que o cristianismo se estabeleceu como religião central na Europa no século IV, ocorre uma tentativa eclesiástica de regular o comportamento sexual.

Federici (2017, p. 80) cita Foucault (1978) que “ênfatisou o papel que tiveram estes manuais (penitenciais) na produção do sexo como discurso e de uma concepção mais polimorfa da sexualidade no século XVII. Assim, “[...] a Igreja tentou impor um verdadeiro catecismo sexual [...]” (FEDERICI, 2017, p. 81), o qual até hoje ressoa na sociedade brasileira mesmo o país sendo um Estado laico.

E pode-se trazer isso para a análise da campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo. Apesar de Damares e Mandetta negarem que a campanha tenha cunho moral e religioso, ela busca aquilo que Federici (2017) já destacou como

“catequismo sexual” a partir do controle do corpo e a politização da sexualidade.

A sexualidade é vista como uma vergonha, algo para ser reprimido tanto que a campanha aqui em questão é inspirada no movimento religioso “Eu escolhi esperar” que é “[...] uma campanha cristã, que atua especificamente em duas áreas: preservação sexual e integridade emocional. Foi criado com o propósito de encorajar, fortalecer e orientar os solteiros cristãos a esperarem até o casamento para viverem suas experiências sexuais.” (EU ESCOLHI ESPERAR, 2022, p. 1).

Federici (2017) segue abordando a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa e a política dos cercamentos:

[...] assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas (mulheres) passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado. (FEDERICI, 2017, p. 143-144).

Ela destaca que essas mudanças históricas redefiniram o papel da mulher em relação ao homem. A mulher passa a ser vista como inferior e ter uma relação de dependência e de subserviência para com o homem. As mulheres, desde aqueles tempos, passaram a ter o papel de mães, esposas, filhas e viúvas, como destaca Pateman

(1988). No Brasil de hoje, é interessante lembrar da expressão utilizada pela Revista Veja para se referir à Marcela Temer: “bela, recatada e do lar” (VEJA, 2016, p. 1), a qual faz uma referência ao trabalho reprodutivo e ao trabalho doméstico.

Trazendo a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo, esta tem como temática central o trabalho reprodutivo de jovens mulheres. Nos dias de hoje, este trabalho não é instigado e obrigatório como era no período analisado por Federici (2017), muito pelo contrário, mas segue em tentativas de ser controlado em função do desenvolvimento do capitalismo.

Federici (2017, 2019) defende que o trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado das mulheres é o que possibilitou a acumulação primitiva e o desenvolvimento capitalista. Houve uma domesticação das mulheres que passaram cada vez mais a depender dos homens para se manter, sendo que elas tinham duas funções básicas: criar mão de obra para o mercado e cuidar dos maridos trabalhadores. Ainda hoje, “[...] a maioria do trabalho feito em casa ainda fica a cargo das mulheres, mesmo quando elas possuem um segundo emprego.” (FEDERICI, 2019, p. 103).

A campanha aqui analisada deixa subentendido que os jovens não devem ter filhos neste momento de suas vidas, pois não teriam uma estrutura familiar adequada, ou seja, aquela nuclear e patriarcal.

Para Federici (2019, p. 73) esse modelo de família, “[...] é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho que tem disciplinado a nós e também aos homens”.

Segundo Scott (2013), esta visão da família nuclear e patriarcal já não cabe mais nos dias de hoje, pois temos um caleidoscópio dos arranjos familiares. Reiterando esta linha teórica, destaca-se Fonseca (2004):

Sugere, assim, que, nas sociedades complexas, não é correto imaginar um só modelo familiar que se distribua de forma homogênea entre todas as camadas sociais. Às diferentes classes correspondem diferentes versões da família. O reconhecimento dessas 'outras' dinâmicas familiares seria essencial para controlar o moralismo inerente no olhar escrutinador – classificador e normatizador – da ciência. (FONSECA, 2004, p. 571-572).

Como vimos, trabalho reprodutivo e trabalho doméstico são duas categorias centrais e estão interligadas. Segundo Federici (2019, p. 140): “[...] todas as mulheres estão sendo ‘integradas’ à economia mundial e exercem uma dupla função produtiva, produzindo trabalhadores para as economias locais e os países industrializados, além de mercadorias baratas destinadas à exportação.”

Ao falarmos em trabalho doméstico e trabalho reprodutivo, abre-se espaço para discutir sobre o cuidado, a maternidade e o silenciamento da paternidade, questões centrais na campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo. Federici (2019, p. 272) acerca do cuidado:

Ainda que seja cada vez mais tratada como mercadoria, a maior parte do trabalho de cuidado ainda é feita por mulheres na forma de trabalho não remunerado, o que não lhes dá direito a nenhuma forma de pensão. Assim, paradoxalmente, quanto mais as mulheres cuidam de outrem, menos cuidado elas recebem em troca, pois dedicam menos tempo ao trabalho assalariado do que os homens, e muitos planos de seguridade social são calculados com base nos anos em que a pessoa passa prestando esse tipo de trabalho.

O cuidado é prontamente associado ao feminino, por isso é mais “natural” que a mãe fique em casa realizando o trabalho doméstico e exercendo o trabalho reprodutivo. As mulheres nasceram para serem cuidadoras de maridos e filhos, como já vínhamos discutindo. Segundo Badinter (1995, p. 9), “[...] a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo.”

E a paternidade? Questionamento que é feito ao olhar para a própria campanha Adolescência primeiro, gravidez depois que, até pelo seu nome, pode passar despercebida para os jovens homens, pois a gravidez está majoritariamente associada à jovem mulher. É ela quem passa por todo o processo de gestação e de cuidado, o qual muitos jovens pais acham que não tem relação.

E, como dito anteriormente, se olharmos para as imagens de divulgação da campanha, sempre aparecem jovens mulheres em primeiro plano. Ainda, podemos lembrar que poucos dos estudos analisados na revisão narrativa feita pela autora deste texto trataram da paternidade, mostrando que até mesmo no meio acadêmico ela é relegada a um segundo plano.

Ainda dentro da questão da dupla função produtiva da mulher, é importante abordar a disciplinarização do corpo ao longo dos séculos através do capitalismo: “Podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina a vapor, nem tampouco o relógio.” (FEDERICI, 2017, p. 268). E essa disciplina exige desenvolvimento de autocontrole numa lógica de que o indivíduo funciona ao mesmo tempo como seu senhor e seu escravo (FEDERICI, 2017). E, olhando para o tema deste capítulo, o que seria uma campanha que

ínsita a abstinência sexual senão uma campanha de disciplinarização dos corpos e que prega o autocontrole dos(as) jovens?

Também ligada a disciplinarização dos corpos, outra discussão que Federici (2017) traz é a da caça às bruxas. O auge da caça foi entre 1580 e 1630 sendo que ela acaba no final do século XVII. Durante esse período, a Igreja estimulou a perseguição às bruxas que resultou em centenas de milhares de mulheres julgadas, torturadas e mortas sob acusações das mais variadas desde terem vendido seu corpo ao demônio até matado seus vizinhos (FEDERICI, 2017). Foram acusações “grotescas e inacreditáveis”, como destaca Federici (2017, p. 304).

Para Federici (2017, p. 334): “A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social.” Ainda: “A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos.” (FEDERICI, 2017, p. 305).

Voltamos nosso olhar para o próprio nome da campanha aqui analisada: Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo. Não seria essa campanha um instrumento criado para que o

corpo, o trabalho, os poderes sexuais e reprodutivos das jovens fossem colocados sob o controle do Estado e a serviço do capitalismo?

E toda a caça às bruxas foi um processo de extrema violência contra as mulheres. Violência que as jovens brasileiras continuam sofrendo, inclusive sexualmente, ponto que a campanha acima destacada não leva em consideração, como já mencionado. Federici (2019) também aborda a violência sexual pontuando que o sexo é, para muitas mulheres, um dever, o dever de agradar o homem e de lhe dar prazer. A autora aponta:

Somos estupradas tanto em nossa cama quanto na rua, precisamente porque fomos configuradas para ser as provedoras da satisfação sexual, as válvulas de escape para tudo o que dá errado na vida dos homens, e os homens têm sido autorizados a voltar seu ódio contra nós se não estivermos à altura do papel, particularmente quando nos recusamos a executá-lo. (FEDERICI, 2019, p. 57).

Aqui, é pertinente trazer dados concretos de uma pesquisa do Observatório de Segurança Pública de uma cidade do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo⁷, para ilustrar o quão importante é tratar da

⁷ Novo Hamburgo fica localizado a 43,4 km de Porto Alegre e faz parte da região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul. O município é banhado pelo Rio dos Sinos, possui área de 223 km² e população, conforme estimativas do IBGE (2019), de 246.748 indivíduos. Traz-se dados dessa cidade pelo fato de a autora ter feito seu trabalho de dissertação sobre os Conselhos Tutelares desta cidade e ter conseguido acesso aos números.

violência sexual em campanhas acerca da gravidez na juventude. Segundo dados do Observatório de Segurança de Novo Hamburgo (2021a) de 2018 a 2020 foram estupradas 147 crianças e ou jovens de até 18 anos, sendo 75% do sexo feminino. Destes casos, a relação do estuprador com a vítima também foi contabilizada e seguem alguns dados: em 18,40% das vezes foi o padrasto ou namorado da mãe, 12,20% das vezes foi o pai e 10,20% das ocasiões foi o tio ou a tia. Poderiam ser apresentados mais outros dados de irmãos, cunhados, entre outras pessoas próximas, mas o fato é que apenas 5,40% dos estupros foram realizados por um desconhecido, ou seja, apenas 8 dos 147 casos.

Esses dados são referentes a situações de abuso infanto-juvenil que chegam a ser noticiadas à polícia, mas sabemos que existem inúmeros casos que não saem do âmbito doméstico e familiar. Finalizando este subcapítulo, voltamos para aquilo que Cabral e Brandão (2020) já chamaram a atenção: violência de gênero tanto dentro quanto fora do âmbito conjugal.

Após toda a reflexão aqui trazida, entende-se que é necessária:

Uma política pública voltada ao exercício responsável da sexualidade na adolescência e ao enfrentamento da desigualdade de gênero, em qualquer pasta ministerial, precisa contemplar o fortalecimento da escolarização, da autonomia

pessoal, da capacidade dos adolescentes refletirem sobre suas escolhas afetivas e/ou sexuais, conhecerem e tomarem medidas de proteção à saúde [...]. (CABRAL, BRANDÃO, 2020, p. 3).

Assim, a campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo vai na contracorrente do que consideramos essencial em termos de políticas públicas juvenis. Aqui, fica cada vez mais clara a necessidade de uma educação sexual de qualidade nas escolas e de diálogos com os jovens neste espaço que é um dos principais para a socialização deles.

Considerações finais

Abrindo os trabalhos desta seção, é importante ter em foco que, como já destacado, é errôneo supor que há uma ligação direta entre o início da vida sexual e a ocorrência de uma gestação imprevista. Também, não podemos deixar de lembrar o primeiro subcapítulo deste texto onde tratamos da gravidez na juventude e destacamos que a construção da noção de que a gravidez na juventude é um problema social não leva em conta a diversidade de circunstâncias e desdobramentos que a maternidade e paternidade juvenis podem trazer (HEILBORN, 2006).

Dito isso, retomamos a questão central: como a leitura de Federici possibilita discussões críticas acerca da campanha

Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo? A autora possibilita um olhar crítico ao trazer discussões teóricas sobre o trabalho reprodutivo, por consequência também o cuidado, a maternidade e paternidade, o trabalho doméstico, o catequismo sexual, a disciplinarização dos corpos, o controle da sexualidade e a violência contra as mulheres, principalmente no que tange a caça às bruxas. Todos esses pontos já foram discutidos no subcapítulo anterior, mas certamente o debate não se exaure neste estudo.

Acredita-se que a análise a partir de Federici (2017, 2019) aponta para o fato de como a campanha aqui tratada possui uma origem religiosa e é sexista e patriarcal. Como limites deste estudo, destaca-se que teria sido mais rico ainda abordar outros estudos de Federici, inclusive para entender melhor sua linha de pensamento, porém devido ao espaço aqui disponível, não foi possível fazê-lo. Também, teria sido valioso conseguir entrevistas com atores importantes no processo de criação da campanha dentro do MS e do MMFDH e atores que foram veementemente contrários à mesma.

No futuro, almeja-se seguir na pesquisa acerca da campanha aqui trabalhada e analisar o movimento “Eu escolhi esperar” a partir de mais obras de Federici e de outras autoras feministas, principalmente brasileiras. Esse debate é central no Brasil visto que o movimento vem se expandindo uma vez que o canal do YouTube

tem 1,13 milhões de inscritos, citando apenas o exemplo de uma das redes sociais que eles utilizam.

Para finalizar, retoma-se Calibã e a bruxa. Entende-se que o exercício mais instigante para se realizado após a leitura deste livro é perguntar quem são as bruxas de hoje. Olhando para a proposta da campanha Adolescência primeiro, gravidez depois: tudo tem seu tempo, quem são as bruxas de hoje? A reflexão fica com os(as) leitores(as).

Referência

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

BEARMAN, P., BRÜCKNER H. Promising the future: virginity pledges and first intercourse. *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 106, no. 4, p. 859-912, jan. 2001. Disponível em: <http://users.cla.umn.edu/~uggen/bearman_ajs_01.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRANDÃO, E. Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico. In.: HEILBORN, M. et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 61-93.

BRASIL. *LEI Nº 13.798, DE 3 DE JANEIRO DE 2019*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

CABRAL, C.; BRANDÃO, E. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cad. Saúde Pública*, 36(8), p.1-5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/WryX9xCMY5vwNwjM33pqbyb/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 16 out. 2022.

CECIN, R. MORAES, M. Vozes de adolescentes grávidas: contribuição à educação médica, segundo o extrato narrativo de uma coorte de puérperas. *Saúde em redes*, v. 3, n. 4, p. 367-388, 2017. Disponível em: <<http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/835>>. Acesso em 10 nov. 2022.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n. 1, pp. 84-91, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000100012>>. Acesso em 20 out. 2022.

EU ESCOLHI ESPERAR. *Sobre*. Disponível em: <<https://euescolhiesperar.com/sobre/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

GERVASONI, T; BENETTI, T. *Os direitos reprodutivos na adolescência: uma análise acerca da lei do planejamento familiar frente à campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem seu tempo”*. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11615>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GONTIJO, D.; MEDEIROS, M. Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/830/972>>. Acesso em 10 out. 2022.

GOVERNO FEDERAL. *Casos de gravidez na adolescência diminuíram, em média, 18% desde 2019*. Disponível em: <encurtador.com.br/iktCD>. Acesso em: 16 out. 2022.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 537-582.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In. HEILBORN, Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2006, p. 30-58.

IBGE. *Novo Hamburgo*: população. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

KNAUTH, D. et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separações. In. HEILBORN, Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2006, p. 267-305.

MMFDH. *Campanha visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>>. Acesso em 10 out. 2022.

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA DE NOVO HAMBURGO. *Relatório de Indicadores Criminais por Faixa Etária*. Novo Hamburgo: Observatório da Segurança, 2021.

PATEMAN, C. *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

RANGEL, D. L. O; QUEIROZ, A. B. A. A representação social dos adolescentes sobre a gravidez nesta etapa da vida. *Esc. Anna Nery*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 780-788, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/szV9BY3TDyHr9DSwqwtmf7Q/?lang=pt>>. Acesso em 10 out. 2022.

REYES, David; ALMONTES, Esmeralda. Elementos teóricos para el análisis del embarazo adolescente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 00, n. 17, pp. 98-123, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.07.a>>. Acesso em 10 ago. 2022.

SBP. *Abstinência sexual na Adolescência: o que a ciência evidencia como método de escolha para prevenção de gravidez na adolescência*. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/>. Acesso em 15 out. 2022.

SCOTT, A. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C.; PEDRO, J. (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, T. et al. Health program for the adolescent parents: reflections on its relevance. *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 4, n.3, p. 1138-1144, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6270>>. Acesso em: 14 out. 2022.

Valadão, M. A saúde nas políticas públicas: juventude em pauta. In: M.V. Freitas & F.C. Papa.(Org.), *Políticas públicas juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, pp. 203-218, 2003.

VEJA. *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em 23 nov. 2022.



Capítulo 4

O trabalho reprodutivo de mulheres-mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência

Lucélia Amaral Gomes⁸

Introdução

O ato de cuidar da prole, ao longo dos séculos, foi atribuído às mães ou às mulheres mais velhas da família e esse ato nunca foi considerado trabalho. No Brasil, não há regulamentação, remuneração, garantias, benefícios ou sequer cálculos para aposentadoria. No entanto, é esse trabalho feminilizado mundialmente que permite a continuidade e a expansão da raça humana, a reprodução social.

A farsa do trabalho reprodutivo como um atributo natural às mulheres é perversa com todas, inclusive com aquelas que não são

⁸ Assistente social formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista Lato Sensu em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Assistente social na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS. lugomes@caxias.rs.gov.br <https://lattes.cnpq.br/9139456334615573>

casadas ou que não têm filhos, uma vez que a naturalização faz com que todas as mulheres estejam sempre atreladas ao trabalho doméstico, o qual deve ser feito com um sorriso no rosto e com prazer. Mesmo aquelas mulheres que têm carreiras profissionais fora do ambiente doméstico, continuam sendo responsáveis pelo cuidado com a casa e/ou com os filhos e maridos no terceiro ou quarto turno.

Quanto às mulheres que são mães de pessoas com deficiências graves, que possuem alto grau de dependência de terceiros, o trabalho reprodutivo nunca cessa. Nem com a chegada da maioridade ou com a vida adulta de seu filho. Quando as deficiências são tão severas que fazem com que os sujeitos dependam de cuidadores para qualquer atividade da vida diária, geralmente são as mães que permanecem ao lado desse indivíduo.

A necessidade de cuidados permanentes faz com que essas mulheres sejam reduzidas apenas ao papel de mãe cuidadora e amorosa. Todas as outras facetas dessas mulheres se anulam, e isso não pode ser colocado na conta delas próprias ou de seus filhos. Cuidar não é um problema, exceto quando esse cuidar é um trabalho permanente, ininterrupto, sem remuneração, sem descanso, sem revezamento. Afinal de contas, quando se está ou quem está cuidando dessa mulher?

O presente ensaio teórico irá responder a seguinte questão: Como o pensamento da escritora Silvia Federici ajuda a pensar o trabalho reprodutivo de mulheres que são mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência? Na primeira parte, será abordado o conceito de Trabalho Reprodutivo no sistema capitalista, à luz do pensamento da referida autora. A segunda parte dessa produção aborda como esse trabalho se dá para as mulheres que são mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência do cuidador. O trabalho se justifica pela necessidade de maior discussão sobre a vida das mulheres que são mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência e o papel da sociedade e do Estado no cuidado desses sujeitos.

O trabalho invisível, sem folga e não remunerado: precisamos falar sobre o trabalho reprodutivo

Desde Marx, sabe-se que "o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza" (MARX, 2013, p. 255). O trabalho é uma característica humana, pois é uma atividade consciente e orientada a um fim. Ao final de um dia de trabalho, chega-se a um resultado, a um produto que já estava presente no ideário do homem.

Com o advento da sociedade capitalista, com o desaparecimento da economia de subsistência e com o surgimento de um novo regime monetário, o trabalho humano foi apropriado pelo capital para a produção de mercadorias, incorporando a esses itens um valor monetário que é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-los. Para a autora Silvia Federici (2017), devido a essa mudança na sociedade, tudo aquilo que não produz mercadorias para o capital passou a ser desconsiderado como uma atividade com valor econômico ou até mesmo com valor social.

O trabalho reprodutivo, que é composto por todas as atividades realizadas em casa e com as pessoas, as quais não contemplam a produção de mercadorias, mas sim, a produção e reprodução “do produto mais precioso que existe no mercado capitalista” (FEDERICI, 2019, p. 68): a força de trabalho. Mesmo assim, ele é completamente desvalorizado, invisibilizado e não remunerado, “sob o disfarce de um destino biológico” (FEDERICI, 2017, p. 31). Ou seja, “por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios e minas” (FEDERICI, 2019, p. 68).

Na natureza, nenhuma outra espécie é tão dependente quando nasce até os primeiros anos de vida como o ser humano. Conforme os Marcos do Desenvolvimento Infantil (BRASIL, 2020), em média, um bebê demora cerca de seis a nove meses para sentar sem apoio, emitir sons simples e atender quando chamado pelo seu nome; cerca de nove a doze meses para responder solicitações simples e para ficar de pé ou caminhar com apoio; cerca de um ano e meio para falar algumas palavras e comer sozinho (ainda que alguém tenha que preparar esse alimento); e cerca de dois anos para formar algumas frases.

Durante todo esse período e por, pelo menos, mais dezesseis anos, esse ser humano é cuidado por outro ser humano, que planeja e executa diariamente atividades referentes à alimentação, vestuário, higiene, medicação, educação, habitação, diversão, etc. O outro ser humano que cuida do bebê, da criança, do adolescente e, por vezes, de adultos e idosos, é, geralmente, uma mulher: a mãe, a avó, a irmã mais velha, a esposa, a filha, a nora. Para Federici (2019), isso se dá porque as mulheres são preparadas para esse papel de cuidadoras, por pelo menos vinte anos, com treinamentos diários realizados pelas suas próprias mães, sobre o que fazer e o que não fazer com os filhos e marido. Isto é, há um ciclo de transferência de conhecimento que passa de geração para geração entre o gênero feminino.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2019, as mulheres dedicaram, em média, 10,4 horas por semana a mais que os homens aos trabalhos em casa ou no cuidado com pessoas (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020). Segundo o relatório da OXFAM Brasil (2020, p. 5-6), “mulheres e meninas, principalmente as que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado e outras incontáveis horas recebendo uma baixíssima remuneração por essa atividade”.

Em pesquisa realizada pela Gênero e Número e pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) [2020], obteve-se o dado de que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia do novo coronavírus COVID-19 e que no caso de mulheres rurais esse percentual sobe para 62%. Também em relação à pandemia e ao trabalho de cuidado, segundo dados da pesquisa da Fiocruz e do Cofen (2017), no Brasil, as equipes de enfermagem e equipes de auxiliares e técnicos de enfermagem é composta, respectivamente, por 85,1% e 84,7% de mulheres, o que evidencia a divisão sexual do trabalho.

Conforme apontamento da autora Silvia Federici (2019, p. 50),

[...] para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas. Não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos.

Como já afirmado, cuidar não é um problema em si, o cuidado com outrem faz parte da vivência em sociedade. “Mas, ao olhar para os outros dados, é inegável o impacto desse tipo de atribuição na vida e no trabalho das mulheres.” (FURNO; FOGO; TONETO; CARDOMINGO; PAES, 2021, p. 16). Ao não serem incluídas e computadas no sistema econômico, isto é, ao não serem remuneradas, porque não se classificam como trabalho que produz mercadoria, essas horas de trabalho doméstico podem ser consideradas como uma exploração que acirra as desigualdades de gênero, de cor e de classe.

Pelo fato de esse trabalho não ser remunerado em uma sociedade na qual o trabalho é sinônimo de salário, ele se torna invisível como trabalho, ao ponto de esses serviços não serem incluídos no Produto Interno Bruto (PIB) e suas provedoras estarem ausentes dos cálculos da força de trabalho nacional (FEDERICI, 2019, p. 89)

Mesmo quando o trabalho de cuidado é remunerado, ele é mal pago. Federici destacou essa situação na Europa pré-capitalista: “O trabalho reprodutivo continuou sendo pago - embora em valores inferiores - quando era realizado para os senhores [feudais] ou fora do lar.” (2017, p. 145) e isso continuou durante a realidade estadunidense dos anos 1970-1980: “atualmente mais de 30% [das mulheres] ainda trabalham fundamentalmente como donas de casa, e mesmo aquelas que estão no mercado de trabalho dedicam tempo considerável a tarefas que não lhes fornecem remuneração, assistência social ou aposentadoria” (FEDERICI, 2019, p.89).

Um exemplo brasileiro e atual dessa situação é a não efetivação do piso salarial nacional para as profissionais da enfermagem, inclusive com suspensão da Lei Federal nº 14.434/2022, que instituiu o piso salarial em R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais)⁹, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após protestos de hospitais e estabelecimentos de saúde alegaram a impossibilidade de pagamento sem riscos para empregabilidade e redução na qualidade dos serviços (Portal STF, 2022). Isso significa que essa categoria profissional, a qual é

⁹ Valor atribuído às enfermeiras e enfermeiros. E 70% desse valor aos técnicos de enfermagem (R\$ 3.325,00, três mil trezentos e vinte e cinco reais); e 50% aos auxiliares de enfermagem e parteiras (R\$ 2.375,00, dois mil trezentos e setenta e cinco reais).

formada majoritariamente por pessoas do gênero feminino, já está recebendo baixos salários, em desacordo com a quantidade de força socialmente necessária para realizar o trabalho de enfermagem. “Do ponto de vista da classe trabalhadora, ser produtiva simplesmente significa ser explorada. Como reconheceu Karl Marx, ‘ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar’” (FEDERICI, 2019, p.71).

O trabalho reprodutivo, que advém de um sistema ancestral de transferência de conhecimento, exige tempo de preparação e dedicação na execução, mas nem assim é socialmente valorizado. Como afirma Cisne (2012, p. 114), “as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres - ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino - são consideradas dons e não trabalho”.

Para Marx (2013, p. 255), no trabalho, "o homem põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos”. No trabalho do cuidado, as mulheres usam o seu corpo e sua mente para cuidar de outras pessoas. A percepção de que as atividades de cuidado exercidas pelas mulheres não são trabalho

[...] faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não construindo, portanto, a identidade com a sua classe. Isso faz com que

algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com esse sistema. (CISNE, 2012, p. 114)

Silvia Federici (2019) afirma que o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico é o Estado - representante do capital coletivo -, pois o sistema capitalista precisa do trabalho não remunerado para conter o custo da força de trabalho. Todas as atividades exercidas diariamente, que permitem que a raça humana se construa e se expanda, deveriam ser reconhecidas como trabalho, para que aconteçam avanços nas políticas públicas de educação, alimentação, moradia, saúde, entre tantas outras, que subsidiem e, em consequência, substituam o trabalho doméstico.

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado teria que, no mínimo, arcar com restaurantes populares, lavanderias públicas, creches e escolas públicas em tempo integral (Cisne, 2012). Não poderá haver equidade social de fato entre homens e mulheres, se o trabalho reprodutivo continuar sendo tido como algo natural e intrínseco ao gênero feminino, “está claro que nenhuma mudança positiva pode ocorrer na vida das mulheres se não houver uma profunda transformação nas políticas sociais e econômicas e nas prioridades sociais” (FEDERICI, 2019, 110).

Mulheres-mães de pessoas com deficiência: o grupo de mulheres que nunca param de cuidar

O conceito Pessoa com Deficiência (PcD) é um termo em constante evolução que, ao longo da história, sofreu muitas alterações, inclusive nominalmente¹⁰. Para a legislação brasileira, atualmente,

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Essa definição converge com o Modelo Social da Deficiência, no qual ela não é entendida apenas como uma lesão ou ausência de algo no corpo dos sujeitos (Modelo Biomédico da

¹⁰ Por muito tempo usou-se o termo “Pessoas com Necessidades Especiais”, “Pessoas Especiais” ou “Excepcionais”, termos esses que, atualmente, são considerados nomes errados porque todas as pessoas, com ou sem deficiência, são diferentes umas das outras, com necessidades diferentes e não há nada de especial em ter uma deficiência. Depois, era usado o termo “Pessoas Portadoras de Deficiência”, que foi suprimido porque as pessoas não portam suas deficiências, não é algo que elas consigam, em algum momento da vida, não portar. Atualmente, o termo correto é “Pessoas com Deficiência”, pois evidencia a pessoa antes da sua deficiência. (CERIGNONI E ROGRIGUES, 2005).

Deficiência), ela depende da interação do indivíduo com as barreiras¹¹ existentes no ambiente, ou seja, o contexto e as desigualdades sociais importam (DINIZ, 2012). As deficiências podem se manifestar de diferentes maneiras, com características e intensidades que variam de pessoa para pessoa, mas são as inúmeras formas de adaptações razoáveis¹², que viabilizam a acessibilidade¹³ como um todo e que permitirão a cidadania de pessoas com deficiência.

Para o modelo social, a deficiência é uma condição humana, um outro modo de ser e estar no mundo, uma característica a mais da pessoa que se cruza com

¹¹ “Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2015). Alguns exemplos são: barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas, atitudinais.

¹² Para a Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência, as adaptações razoáveis são “adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 2015).

¹³ “Acessibilidade” é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias” (BRASIL, 2015) por parte das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Ela deve ocorrer em “serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural” (BRASIL, 2015).

outras características (como gênero, raça/etnia, geração, classe, sexualidade, etc), como uma experiência subjetiva e que não deve ser supervalorizada ou minimizada. Há, assim, um deslocamento de responsabilidade: a exclusão deixa de ser culpa da pessoa (algo individual, como no modelo médico) que tem um corpo fora do padrão e passa a ser responsabilidade de toda sociedade que não acolhe a diferença e que deve rever suas estruturas para diminuir barreiras. (COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER, 2020, p. 23)

Conforme dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), em 2010, 23,9% da população brasileira apresenta pelo menos uma das deficiências investigadas: deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência motora e deficiência mental/intelectual. Isso significa que 45.623.910 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e três mil novecentos e dez) pessoas no Brasil necessitam de políticas públicas que garantam a elas os mesmos direitos que pessoas sem deficiência.

As deficiências não são sinônimo de incapacidade para os sujeitos, porém, algumas pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiências graves e/ou múltiplas, possuem alto grau de dependência de terceiros. Como historicamente o cuidado e as tarefas domésticas foram delegados às mulheres, cabe, muitas vezes, às mães de crianças, adolescentes e adultos com deficiência a tarefa de cuidá-los. Mas nem sempre foi assim.

As pessoas com deficiência passaram por distintos períodos históricos ao longo dos séculos, foram eles: o período de execuções sumárias, baseadas em uma lógica de higienização da sociedade; e, o período de marginalização social, em que predominava a exclusão social, não havia execuções, mas havia cercamento em hospitais psiquiátricos e outras instituições totais (SILVA, 1987). E, finalmente, com os avanços jurídicos, as pessoas com deficiência encontram-se no período em que são entendidas como seres detentores dos mesmos direitos que as pessoas sem deficiência, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 2015).

Conforme mencionado, era comum que pessoas com deficiência fossem enviadas para instituições totais, sob o entendimento de que eram pessoas com menor ou nenhum valor e, portanto, deveriam estar apartadas do convívio social. No Brasil, em partes, esse cenário mudou com o Movimento da Reforma Psiquiátrica, ocorrido entre os anos 1978 e 1989 (BRASIL, 2005). O fechamento gradual dos hospitais psiquiátricos, a desinstitucionalização e a reintegração das pessoas com deficiência às suas famílias e comunidade foi essencial para que a humanidade dessas pessoas fosse devolvida e que a sociedade passasse a conviver e a aceitar as diferenças. Porém, uma pessoa foi sobrecarregada com essa mudança: a mãe da pessoa com deficiência grave.

O trabalho de cuidado de pessoas com deficiências graves é intenso e vitalício, as mães se constituem como técnicas de enfermagem, enfermeiras, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, entre outras profissões, de seus filhos, dentro do próprio lar. Sem qualificação e sem remuneração para tais atividades. Mas porque categorizar essas atividades como trabalho, se elas estão apenas sendo mães, exercendo, com amor e carinho, o seu instinto e dom materno? Federici (2019, p. 49) lembra que “essa é a essência da esposa ‘heróica’ celebrada no Dia das Mães”.

É necessário falar em trabalho reprodutivo de mulheres-mães que são as únicas cuidadoras de pessoas com deficiência que necessitam de cuidados permanentes, porque não as enxergar como classe trabalhadora, é excluí-las de todas as questões sociais, econômicas e políticas dessa classe. O ato de trabalhar pela sobrevivência retira a objetivação do trabalho, mas aquele que não trabalha de forma nenhuma está excluído do mundo do trabalho e, conseqüentemente, da própria sociedade. É através do trabalho que as pessoas estabelecem relações entre si, concebendo sociabilidade entre os indivíduos, garantindo as condições mínimas para poder “fazer história” (MARX, 2013).

Assim como Federici (2019) diz que as mulheres ao buscarem salários para o trabalho doméstico estão lutando

diretamente contra o papel social construído pelo capital para as mulheres, as mães de pessoas com deficiência, se lutassem para receber salários; para aumentar e melhorar as políticas públicas para esse segmento, estariam lutando contra o papel social de cuidadora onipresente, onipotente e carinhosa imposto a elas. Porém, de tão invisível e invisibilizado que é o trabalho reprodutivo, não há essa luta e tampouco estão sendo construídas formas de ampliação do cuidado, com responsabilização do Estado e da sociedade.

A principal legislação para o segmento, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, também chamado de Lei Brasileira de Inclusão, a Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015, determina que é dever da família, do Estado e da sociedade assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação de seus direitos. Então, por lei, o cuidado de pessoas com deficiência não pode estar somente na responsabilidade das mães, porque isso é, também, uma outra forma de exclusão dessas pessoas. Não pode haver a troca das instituições totais pelos domicílios, isso é perpetuar o Ciclo da Invisibilidade.

O Ciclo da Invisibilidade, conceito criado por Werneck (2004), expõe que as pessoas com deficiência não conseguem sair de casa; como não saem de casa, não são vistas e não são reconhecidas como membros da sociedade. Como não são notadas, a falta de

acesso não é tida como um problema, então o poder público não investe em acessibilidade. Sem investimento, sem acesso a bens e serviços, pessoas com deficiência não são incluídas na sociedade e permanecem trancadas em casa, invisíveis.

Cuidados de enfermagem, nutrição, fisioterapia e terapias ocupacionais às pessoas com deficiência com alto grau de dependência deveriam estar sendo oferecidos pelo Estado, em maior quantidade e melhor qualidade, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de forma universal e gratuita. Cuidados relativos à aprendizagem e à educação especial deveriam estar sendo oferecidos em todos os níveis educacionais, da educação infantil até a pós-graduação, em todos os tipos de ambientes escolares, especialmente em equipamentos públicos, garantindo que os sujeitos desenvolvam plenamente suas capacidades. Hoje, essas situações acontecem, mas não na quantidade e qualidade adequada.

Outra disposição da Lei Brasileira de Inclusão é que a pessoa com deficiência tem direito à moradia em Residências Inclusivas: “Art. 31 A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva” (BRASIL, 2015). Essa última modalidade será prestada

no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ocorrerá quando a pessoa com deficiência estiver “em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos” (BRASIL, 2015).

Nota-se que esse recurso só é oferecido quando a pessoa com deficiência estiver em situação de desumanização: sem condições materiais e monetárias de se sustentar, sem vínculos afetivos ou quando estiver em situação de violência e negligência. Não existem políticas públicas sociais de cuidados permanentes para crianças, adolescentes e adultos com deficiência que não tenham rompimento de vínculos ou que não estejam em situação de vulnerabilidade social/financeira, necessitando de proteção social especial¹⁴.

Uma modalidade semelhante às Residências Inclusivas no que tange a questão do cuidado diário de pessoas com deficiência e que atua em horário comercial são os Centros-Dia. Um dos objetivos deste equipamento social é diminuir o estresse do cuidador exposto a longos períodos de cuidado. Conforme dados apresentados por

¹⁴ “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.” (BRASIL, 2005).

Mello (2020), em 36,5% dos casos de violência notificados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/SINAN), o principal agressor foi um familiar. Porém, novamente, esse atendimento é condicionado às situações de vulnerabilidade social e risco.

Ou seja, não existem ofertas de serviços às pessoas com deficiência que têm alto grau de dependência, mas que são bem cuidadas, que mantêm vínculos afetivos. Com isso, as mães, que são as principais cuidadoras, são impedidas de trabalhar fora, de realizar atividades de lazer, praticar esportes ou de simplesmente terem momentos sozinhas. Essas situações favoreceriam a saúde e a qualidade de vida da cuidadora principal, impedindo que situações extremas como o rompimento de vínculos e/ou violências ocorressem.

Federici (2019) discute muito bem a questão do cuidado de pessoas idosas, mas não cita diretamente o cuidado de pessoas com deficiência. No entanto, pode-se traçar um paralelo entre esses dois sujeitos, uma vez que boa parte da população idosa poderá vivenciar alguma deficiência pelo processo natural de envelhecimento e as pessoas com deficiência, com o passar dos anos, serão pessoas idosas.

Em alguns aspectos, a atual crise do cuidado dos idosos não tem nada de novo. Na sociedade capitalista, essa atividade sempre esteve em crise, tanto por conta da desvalorização do trabalho reprodutivo no capitalismo quanto pelo fato de os idosos serem vistos como pessoas que já não são produtivas (FEDERICI, 2019, p. 255)

Isso também vale para pessoas com deficiência graves e/ou múltiplas. Sem recursos de tecnologias assistivas e sem atitudes inclusivas da sociedade, o capitalismo sempre determinará que pessoas com deficiência não são produtivas e, portanto, não fará investimentos na sua reprodução e tampouco na sua inclusão no mercado de trabalho.

Dizer que o capitalismo não fará investimentos na reprodução social de pessoas com deficiência,

[...] é essencialmente uma questão de gênero. Ainda que seja cada vez mais tratada como mercadoria, a maior parte do trabalho de cuidado ainda é feita por mulheres na forma de trabalho não remunerado, o que não lhes dá direito a nenhuma forma de pensão. Assim, paradoxalmente, quanto mais as mulheres cuidam de outrem, menos cuidado elas recebem em troca, pois dedicam menos tempo ao trabalho assalariado do que os homens, e muitos planos de seguridade social são calculados com base nos anos em que a pessoa passa prestando esse tipo de trabalho. Cuidadores pagos, como vimos, também são afetados pela desvalorização do trabalho reprodutivo, formando uma “subclasse” que ainda precisa lutar para ser socialmente reconhecida como trabalhadora (FEDERICI, 2019, p. 272)

Além disso, os cuidados para pessoas com deficiência não podem estar disponíveis somente para quem pode arcar financeiramente por eles. Longe de uma lógica neoliberal de terceirização do cuidado, a força física e emocional, o preparo e a logística, bem como os custos financeiros necessários para as atividades de cuidado precisam ser compartilhados, a reprodução precisa ser “um processo coletivo” (FEDERICI, 2019, p. 269). A família ampliada, a sociedade e o Estado precisam ser co-cuidadores dessas pessoas, através de remuneração e de ampliação de políticas públicas.

Considerações finais

As mulheres estão, há muitas gerações, executando atividades de cuidado que não são tidas como valiosas, pois não produzem riqueza no sentido monetário. Essa realidade de não valorização do trabalho reprodutivo faz com que as mulheres, de uma maneira geral, estejam sempre em um local social de menor valor. Essa estrutura social mantém mecanismos velados de exploração do capital sobre as mulheres e impede que a sociedade avance em questões como equidade de gênero, de classe e de raça.

Ao focalizar na realidade das mulheres-mães de pessoas com deficiências que possuem alto grau de dependência, é possível perceber que essas mulheres exercem, diariamente, em uma jornada de trabalho extensa, com horários a cumprir, sem folga e sem férias, aquilo que o Estado deveria estar provendo aos seus filhos, através de políticas públicas sociais. Essa jornada de cuidado é realizada em singularidade, muitas vezes, não há divisão de tarefas com o marido, com outros familiares ou com outras pessoas da comunidade, impedindo a realização de qualquer outra atividade que não seja o cuidar.

O pensamento de Silvia Federici ajudou a refletir sobre o trabalho de mulheres-mães de pessoas com deficiência com alto grau de dependência porque ela evidencia esse tipo de trabalho que é invisibilizado e sem remuneração. A autora expõe a realidade secular e mundial das mulheres e, aqui, ao fazer o recorte desse grupo de mulheres, percebe-se que a realidade é a mesma, o trabalho é invisível e sem remuneração, porém com a diferença que esse cuidado é vitalício, permanente e esgotante.

Novamente, cuidar não é um problema, faz parte da vida humana. Ter deficiência não é um problema, é uma característica a mais das pessoas. O problema é não ter, na sociedade, alternativas de cuidado que proporcionem aos sujeitos envolvidos nesse

processo, pessoas com deficiência e seus cuidadores, uma vida digna, ampla e feliz.

É imperativo que o trabalho reprodutivo, especialmente daquelas mulheres que não conseguem se desvencilhar dele, seja notado, discutido e que se proponham melhorias estruturais na sociedade. O trabalho reprodutivo, ainda que não produza mercadorias, não é um trabalho imaterial. Há muita materialidade em manter uma pessoa viva, com qualidade de vida e garantindo que essa pessoa desenvolva todas suas potencialidades.

Assim como o Modelo Social que dita que o verdadeiro problema da deficiência é o ambiente desigual e inacessível, reconhecer que as mães são sobrecarregadas com os cuidados de seus filhos com deficiência graves, é perceber que o ambiente - a sociedade e o Estado - estão fazendo muito pouco por elas e, conseqüentemente, por seus filhos. Os princípios e as diretrizes contidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras legislações do segmento precisam sair do papel para que filhos com deficiência e suas mães tenham a cidadania garantida.

Referências

BRASIL. *Caderneta da criança*. Ministério da Saúde. 2ª ed. Brasília-DF, 2020.

_____. *Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília- DF, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

CERIGNONI, Francisco Nuncio; RODRIGUES, Maria Paula. *Deficiência: uma questão política?* São Paulo : Paulus, 2005.

CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 1 ed. - São Paulo : Outras Expressões, 2012.

COFEN; FIOCRUZ. *Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil*. 2017. Disponível em:

<<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html#:~:text=A%20Pesquisa%20Perfil%20da%20Enfermagem,Enfermagem%20em%20atua%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.>> Acesso em: 28/Nov./22

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. *Guia “Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania”*. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sS_5cg5sL0ONs2qtDik4v8sNgCcUprg7/view> Acesso em: 13/Dez./22

DINIZ, Débora. *O que é deficiência* - Coleção Primeiros Passos; 324. São Paulo : Brasiliense, 2012.

EM média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS.

2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>> Acesso em: 28/Nov./22

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. *Calibã e a Bruxa - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FURNO, Juliane; FOGO, Daniel; TONETO, Lígia; CARDOMINGO, Matias Rebello; PAES, Tania. *Boletim Especial Gênero: As Mulheres na Pandemia*. IREE - CENTRO DE ESTUDOS DE ECONOMIA. 2021. Disponível em: <<https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/03/BOLETIM-ESPECIAL-DO-IREE-SOBRE-GE%CC%82NERO-V2.pdf>> Acesso em: 28/Nov./22

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. [2020?]. Disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>> Acesso em: 28/Nov./22

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MELLO, Nicole Freitas de. *VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Notificações realizadas por serviços de saúde brasileiros, 2011 a 2017*. Orientador: Dr.^a Leonor Maria Pacheco Santos. 2020. 78 p. Dissertação (Mestrado: Políticas Públicas em Saúde) - ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49875/nicole_mello_fiodf_mest_2020.pdf;jsessionid=E666244A186AF9141CDA39E5F0498F7F?sequence=2> Acesso em: 15/Dez./22

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OXFAM BRASIL. *Tempo de cuidar - O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/#:~:text=A%20desigualdade%20econ%C3%B4mica%20est%C3%A1%20fora,a%20crise%20global%20da%20desigualdade.>> Acesso em: 28/Nov./22

SILVA, Otto Marques da. *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo, Cedas, 1987.

STF referenda liminar que suspendeu piso salarial da enfermagem. Portal STF. 16 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=494297&ori=1>> Acesso em: 30/Nov./222

WERNECK, Claudia. *Manual sobre desenvolvimento inclusivo para a mídia e profissionais de comunicação*. Realização e organização Escola de Gente – Comunicação em Inclusão para o Banco Mundial. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2004.



Capítulo 5

O não-reconhecimento do trabalho doméstico e a reduzida presença feminina nos cargos de gestão

Regina Weber¹⁵

Introdução

Este trabalho tem como objetivo trazer a discussão sobre a íntima relação entre a desvalorização do trabalho doméstico e a reduzida presença de mulheres em cargos gerenciais, apontando fatos históricos - que parecem mais atuais do que podemos imaginar - e situações do nosso cotidiano. Não é novidade que as questões acerca das mulheres no ambiente de trabalho são marcadas por desigualdades, quer seja nas diferenças salariais, nas diferenças de acesso ou de oportunidades de crescimento, como também no não reconhecimento do trabalho doméstico. Evoluímos muito no quesito

¹⁵ Especialista em Administração Pública pela Escola de Administração da UFRGS e Bacharel em Administração pela UFSM. Lattes <http://lattes.cnpq.br/8472988488064709>. E-mail: reginaaweber@ufrgs.br

inserção da mulher nos diversos ambientes, mas a luta pela valorização do trabalho feminino e do reconhecimento do trabalho do cuidado e do trabalho afetivo ainda se faz constante e necessária.

Quando pensamos em trabalhadores e gestores, automaticamente nos vem à mente a figura masculina. Infelizmente a nossa sociedade está configurada de uma maneira em que o trabalho doméstico e o cuidado da casa e dos filhos é função do gênero feminino, enquanto o gênero masculino é visto como o provedor, como a pessoa que sustenta a família e que trabalha fora de casa, sendo ausente por necessidade. Apesar deste costume, no Brasil uma grande quantidade de famílias é constituída apenas pela mãe e por seus filhos, sem a figura paterna, tendo que arcar tanto com a função do trabalho doméstico quanto com a função de prover financeiramente à casa. O trabalho afetivo denota características da comercialização da reprodução, no entanto, ao ser colocado como responsável pelas atividades que sustentam a reprodução da força de trabalho, abafa a contínua exploração do trabalho doméstico não remunerado das mulheres (FEDERICI, 2019).

As mulheres são a maioria da população brasileira e ainda possuem um número maior de pessoas com instrução educacional, quando comparado aos homens brasileiros. No entanto, ainda estão em minoria no que se refere a ocupar funções gerenciais e de

tomadas de decisão. É comumente perceptível as disparidades entre os gêneros nos ambientes que envolvem a profissão, a remuneração, a presença ou não de cada sexo em determinado ambiente. Como se houvesse um local de trabalho ou um serviço ou até mesmo um valor remuneratório que só pode ser para homens ou só pode ser para mulheres.

Trabalho afetivo não se refere a formas de trabalho específicas de gênero, embora às vezes definidas como “trabalho de mulher”. Trabalho afetivo se refere ao caráter interativo do trabalho, à sua capacidade de promover fluxos de comunicação, sendo polivalente com relação às atividades associadas a ele. (FEDERICI, 2019, p. 336).

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018 “Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências para Mulheres 2018”, a participação das mulheres no ambiente de trabalho aumentou consideravelmente, precisamos reconhecer esse fato, mas ainda vemos muitas mulheres ocupando funções ligadas ao trabalho de cuidar (enfermeiras, cuidadoras, empregadas domésticas, babás, pedagogas), enquanto vemos poucos homens trabalhando nessas áreas e, quando encontramos homens em trabalhos domésticos ou de cuidado, nos parece estranho, porque não estamos acostumados com essa situação.

Alcançamos muitos degraus que, há alguns anos, as mulheres não imaginavam chegar, porém ainda temos muita luta pela frente e muitos paradigmas a quebrar. Vamos juntas!

O não reconhecimento do trabalho doméstico: uma construção histórica-estrutural

Para Federici (2017) a divisão da força de trabalho, responsável por originar tantas situações de divergências entre homens e mulheres no ambiente organizacional até hoje, teve como um dos marcos iniciais a transição do feudalismo para o capitalismo. Na aldeia feudal todo o trabalho desenvolvido contribuía para o sustento familiar, não existindo separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho. As mulheres trabalhavam no campo - junto aos homens -, criavam seus filhos e faziam o trabalho da casa.

Nesse contexto do século XIX, as mulheres foram confinadas ao trabalho reprodutivo, com a criação da dona de casa em tempo integral e a necessidade de reprodução da mão de obra para fins de aumentar a população, a envergadura do exército e a força de trabalho. Às mulheres era exigido que se fizessem o trabalho reprodutivo e todos os cuidados que deste trabalho se originam.

Para o sistema capitalista, o trabalho reprodutivo não é considerado um trabalho, visto que não gera lucro, o que acabou ajudando para que as mulheres estivessem cada vez mais em situações de miséria, de vulnerabilidade, de dependência de outra pessoa para o sustento da casa e dos filhos ou ainda em situação de submissão ao marido ou até mesmo aos pais. Federici (2017) afirma que o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho com a economia capitalista. Na sociedade feudal, as mulheres não eram desvalorizadas e não existiam relações sociais diferentes entre homens e mulheres.

Ainda no século XIX surgiu um novo modelo de feminilidade trazendo à figura da mulher e esposa ideal as características como: passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas (FEDERICI, 2017). Esse era o ideal a ser alcançado pelas mulheres, o perfil de mulher perfeita para se casar e para se ter dentro de casa. Quando as mulheres queriam trabalhar fora de casa ou tentavam ter algum mecanismo de controle da gravidez, elas eram malvistas, malfaladas e chamadas de megeras, bruxas ou putas. Qualquer semelhança com a nossa atual realidade não é mera coincidência.

A autora afirma que, quando o Estado criminalizou o uso de métodos contraceptivos, negando à mulher a decisão de ter filhos, a

maternidade ocupou um lugar de trabalho forçado, em que todo e qualquer trabalho desenvolvido dentro de casa e que envolvesse o cuidado e as tarefas da casa e dos filhos não possuía valor. Federici (2019) afirma que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos às fábricas, muito pelo contrário, constituem a base desse sistema. O capitalismo depende e se nutre de trabalhos que não são remunerados, a desvalorização de todo e qualquer trabalho que envolve o trabalho reprodutivo tem sido um dos pilares da exploração das mulheres.

A OXFAM (2020) escreveu um documento informativo sobre o trabalho do cuidado no mundo, como é desenvolvido, tratado e desvalorizado, ao final eles trazem algumas sugestões e necessidades de mudança. No informativo desenvolvido em 2020, eles descrevem o trabalho do cuidado como as atividades domésticas diárias como cozinha, limpas, lavar, consertar coisas, mas além disso o trabalho do cuidado envolve cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, essencial para a sociedade e para a economia. Segundo a Organização, no que se refere ao trabalho do cuidado não remunerado, as mulheres são responsáveis por mais de três quartos, já quanto às atividades de cuidado remunerado correspondem a dois terços da força de trabalho envolvida.

De acordo com o relatório “Tempo de cuidar” da OXFAM lançado em 2020, o trabalho não remunerado das mulheres soma US\$ 10,8 trilhões por ano, comparado com o que se estima do setor de tecnologia o valor é três vezes mais alto. Quando exercido em outra residência, que não é a sua, o trabalho doméstico é remunerado, mal remunerado e com valor muito abaixo do que qualquer outro emprego. Ao invés de ser reconhecido como um trabalho, o trabalho doméstico foi transformado em um ato de amor, em um atributo natural e inevitável, dessa forma o capitalismo obteve uma quantidade grande de trabalho quase de graça (FEDERICI, 2019).

A Organização ratifica o que afirma Federici em seus livros sobre a diferença de responsabilidades assumidas no trabalho do cuidado não remunerado e mal pago. Em sua grande maioria, esse trabalho é assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza. No Brasil, de acordo com o IBGE no relatório de Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil em 2019, as mulheres brancas com mais de 14 anos despendiam 20,7 horas semanais aos cuidados e afazeres domésticos, enquanto para os homens brancos com mais de 14 anos esse valor é 10,9 horas por semana. Quando analisamos as pessoas pretas ou pardas, o número de horas para as mulheres é 22 horas por semana e para os homens é 11 horas semanais.

Com esses dados, podemos concluir que as mulheres desempenham o dobro de horas que os homens nas atividades de cuidado da casa e dos filhos. É fato que quando comparamos o mercado de trabalho de anos atrás com o de agora, o número de mulheres é muito maior atualmente, porém com os dados acima, percebemos que o trabalho doméstico ainda está inserido de uma forma que seja de responsabilidade das mulheres o desempenharem. Reitero as ideias de Federici (2019) ao afirmar que, para as mulheres, conseguir um emprego fora de casa não diminui as responsabilidades do primeiro trabalho - aquele desempenhado dentro de casa que ninguém vê.

A OXFAM retoma a ideia de Federici de que é necessário valorizar o trabalho do cuidado, porém a organização traz, além do foco de políticas governamentais, a necessidade de políticas e práticas empresariais. Eles sugerem que as empresas reconheçam o valor do trabalho de cuidado e promovam o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras, por meio de uma redistribuição do cuidado oferecendo serviços como creches e vales-creche e a garantia de salários dignos para prestadores de trabalho do cuidado.

Federici (2019) afirma que o trabalho doméstico não é vocação feminina e nem responsabilidade única e exclusiva da mulher, educar crianças é, além de responsabilidade de ambos os

país, uma responsabilidade social. Devemos exigir que o estado e a comunidade também se responsabilizem e melhorem as condições para o trabalho doméstico, afinal as mulheres produzem o produto mais precioso do capitalismo: a força de trabalho.

Esse produto não é valorizado, não é percebido pelo mercado como um trabalho diretamente e algumas mulheres dedicam-se fundamentalmente a atividades domésticas e de cuidado, as quais não trazem remuneração e tampouco benefícios como assistência social e aposentadoria. Federici (2019) nos traz a reflexão de que o trabalho não é algo natural para o ser humano, mas a única condição a que estamos autorizados viver. A autora enfatiza que, independentemente de qual trabalho seja exercido, nós não somos esse trabalho.

Como o trabalho reprodutivo e todas as suas atividades não são reconhecidas como um trabalho, as mulheres que dedicam a vida sendo donas de casa não possuem direito à seguridade social (FEDERICI, 2019). Essa situação também é debatida pela OXFAM, ambos sugerem que essa situação seja alterada e que o trabalho do cuidado seja reconhecido como um trabalho para fins de aposentadoria e assistência social. A OIT em 2016 afirmou que, em escala global, quase 40% das mulheres no trabalho remunerado não

contribuem para algum sistema de proteção social, pois estão em situação de empregos informais.

A acumulação de capital se alimenta de uma imensa quantidade de trabalho não remunerado; acima de tudo, alimenta-se da desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo que se traduz na desvalorização de grandes setores do proletariado mundial (FEDERICI, 2019, p. 353).

Em 2021, a Argentina aprovou um projeto de lei que reconhece o trabalho materno como tempo de serviço a ser computado para aposentadoria. A legislação Argentina visa atingir 155 mil mulheres e permitir que as mães que não puderam contribuir para a previdência durante o período que ficaram fora do mercado de trabalho agora possam contribuir e assim terem o direito de aposentadoria reconhecido.

No Brasil, estamos um pouco atrasados em relação aos nossos vizinhos, porém também estamos na busca pelo reconhecimento do trabalho doméstico. Em novembro de 2022, foi aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher o Projeto de Lei 2757/2021 - cuja autora é a deputada Talíria Petrone do Rio de Janeiro - que reconhece o cuidado materno como trabalho e garante a aposentadoria para mulheres com filhos que não conseguiram se aposentar por outros meios. Ainda é um projeto de lei que precisa de aprovação pelo Congresso Nacional, porém é um

passo muito importante no reconhecimento do papel da maternidade e do trabalho do cuidado no cenário brasileiro.

A reduzida presença feminina nos cargos de gestão e de tomadas de decisão

O número de mulheres nos ambientes de trabalho cresceu muito nos últimos anos, não há como negar, no entanto, as desigualdades de gênero ainda persistem no que tange ao acesso ao mercado de trabalho, às oportunidades e às condições de trabalho. Por mais que tenhamos conquistado muitos feitos em relação a inserção e a valorização das mulheres no ambiente de trabalho, as perspectivas das mulheres no mundo do trabalho ainda estão muito distantes da realidade masculina. De acordo com a OIT, em um estudo desenvolvido em 2018 sobre o gênero feminino e as relações de trabalho, por mais que as mulheres tenham aumentado a sua participação no mercado de trabalho, as condições quanto às disparidades de gêneros não tiveram grandes alterações.

O estudo mostrou que em 2018 a taxa global de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 48,5%, enquanto para os homens essa taxa foi de 75%, uma diferença gritante de 26,5 pontos percentuais. No Brasil, as mulheres correspondem à maioria

da população, à maioria a frequentar o ensino superior e dispõem de maior ensino formal que os homens, porém quando se trata de ambiente de trabalho a situação se inverte. De acordo com o IBGE, em 2019 54,5% das mulheres acima de 15 anos eram integrantes da força de trabalho, enquanto para os homens da mesma faixa etária esse valor correspondia a 73,7%, uma diferença de 19,2 pontos percentuais.

As desigualdades entre homens e mulheres persistem no que tange às oportunidades, ao tratamento e aos resultados. O relatório da OIT intitulado “Mulheres no trabalho: tendências 2016” ratifica o que foi discutido no capítulo anterior ao afirmar que, apesar de ter reduzido o número, muitas mulheres continuam ocupando o lugar de trabalhadoras familiares não remuneradas e muitas das que trabalham fora de casa ocupam profissões informais.

O estudo mostra que as mulheres permanecem em profissões de secretariado, serviços, vendas, atendimento e profissões não qualificadas e, ao sair do trabalho remunerado, se ocupam da maior parte das tarefas domésticas de sua residência. De acordo com o IBGE (2021), a reduzida participação das mulheres no mercado de trabalho é explicada pelo seu grande envolvimento com o trabalho não remunerado.

As mulheres enfrentam desigualdades significativas na qualidade do emprego que possuem, estando sujeitas a condições de emprego vulneráveis, sem contratos e sem atender a legislação trabalhista. Federici (2019) destaca que a discussão sobre as mulheres no mercado de trabalho, muitas vezes, esconde que o trabalho doméstico não remunerado se soma à jornada de trabalho da mulher, fazendo com que as mulheres tenham jornadas de trabalho exaustivas.

O estudo da OIT (2018) ratifica as afirmações acima, ao afirmar que existem muitas mulheres trabalhando de forma informal e poucas em cargos de gestão. De acordo com as estatísticas do IBGE, em 2020 os cargos gerenciais no Brasil estavam em sua maioria ocupados por homens. A proporção era a seguinte: 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por pessoas do sexo masculino, enquanto 37,4% dos cargos gerenciais eram ocupados por pessoas do sexo feminino. O Instituto ainda destacou que, no mesmo ano, apenas 16% dos vereadores eleitos eram representados por mulheres. Enquanto o percentual de parlamentares mulheres em exercício nas câmaras baixas em 2017 era 10,5%, em setembro de 2020 esse percentual era de 14,8%. Mesmo com o aumento da taxa, o Brasil tinha a menor proporção de mulheres em mandatos na câmara dos deputados da América Latina.

Santos, Tanure e Carvalho Neto (2014) discutem sobre as barreiras existentes no crescimento das mulheres nas organizações, dificultando a sua ascensão aos cargos de poder. Os autores elencam alguns motivos pelos quais as mulheres acabam tendo dificuldade de chegar aos cargos de gestão. Um dos motivos é a discriminação que pode ser por preferência - situação em que o empregador prefere empregar um homem a uma mulher, mesmo que tenham produtividades semelhantes - ou discriminação estatístico - supõe-se por meio de um estigma social que as mulheres teriam uma produtividade menor.

Destaca-se que as formas de discriminação citadas têm influência de fatores culturais e psicológicos e que culminam em preconceitos que dificultam ou impedem o crescimento das mulheres dentro das organizações (SANTOS, TANURE E CARVALHO NETO, 2014). Outro motivo citado pelos autores é de que as mulheres desempenham um número maior de atividades fora da empresa do que os homens, cuidando dos filhos e da casa.

Nas organizações brasileiras, por mais que se tenha um discurso mais progressista com ações de inclusão e de desenvolvimento de mulheres, ainda encontramos atitudes conservadoras em que a maioria das mulheres não é ouvida e tampouco questionada na formulação de questões estratégicas e

relevantes para a economia e a gestão das empresas (SANTOS, TANURE E CARVALHO NETO, 2014).

Santos, Tanure e Carvalho Neto (2014) e Cavalli (2019) destacam que ainda existe a ideia de que para que uma mulher se desenvolva na carreira ela precisa renunciar à família e da maternidade. Esse fator impede que as mulheres alcancem posições de maior destaque ou até mesmo consigam construir uma carreira e é formado pela junção de diversos obstáculos que foram impostos à mulher.

A mulher acaba sendo senão a única, mas a maior responsável pelos cuidados da casa. Neste caso, não raro, é negligenciada pelas empresas ao almejar cargos superiores, é ignorada pela sociedade ao prover todo o trabalho doméstico, o cuidado infantil. A responsabilidade pela criação dos filhos é dever de toda a família e precisamos romper com essa barreira cultural em que a mulher precisa optar entre o desenvolvimento profissional ou a família e os filhos (CAVALLI, 2019).

Considerações finais

Este trabalho buscou trazer uma discussão sobre a íntima relação entre a desvalorização do trabalho doméstico e a pequena

participação das mulheres nos cargos de gestão e de tomadas de decisões. No que tange à parte que trata sobre a desvalorização do trabalho doméstico, fez-se um trocadilho com a valorização, pois enquanto não tivermos políticas públicas que valorizem o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado, reconhecendo-os como um trabalho de fato, não seremos capazes de alcançar a igualdade de gênero e de garantir melhores condições para as mulheres dentro e fora do mercado de trabalho.

Mesmo com o aumento no número de mulheres no ambiente trabalhista e, até mesmo, ocupando cargos de gestão e cargos políticos, quando analisamos os dados trazidos, verificamos a desigualdade de gênero de forma muito grotesca e inculda na nossa sociedade de diversas formas. Quer seja por aspectos culturais ou discriminatórios, as mulheres estão sendo excluídas do acesso aos cargos superiores, mesmo que tenham os mesmos níveis de produtividade que os homens.

Educar uma criança é, sim, tarefa de toda a sociedade e precisamos exigir melhores condições para que as mães possam desenvolver a sua carreira profissional sem precisar decidir entre ter ou não ter filhos e família. Se quisermos uma sociedade mais igualitária precisamos reconhecer e valorizar o trabalho doméstico,

o trabalho do cuidado e proporcionar às mulheres um acesso maior a oportunidades de crescimento.

Temos alguns movimentos e ações que buscam a melhoria em relação à qualidade de vida das mulheres no trabalho e à diminuição da desigualdade de gênero nos ambientes trabalhistas, porém é necessário que tenhamos cada vez mais ações que busquem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e que reconheçam o trabalho do cuidado como um mecanismo que forma cidadãos e que fazem a sociedade ser mais humana, entendendo que a condição de ser mãe não é uma obrigação social e sim uma vontade de cada mulher. Esse é o caminho para que tenhamos cada vez mais mulheres nos ambientes de trabalho e para que a escolha em ser mãe seja mais consciente e amorosa.

Para finalizar, expomos uma parte do discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff ao ser eleita a primeira mulher presidente do Brasil em 31 de outubro de 2010:

Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e as mães de meninas olhassem hoje nos

olhos delas e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!
(MARCHEZINI, 2021, s/p).

Referências

CAVALLI, Franciele. *Liderança feminina: a luta pela igualdade de gênero nas organizações*. Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5696>>. Acesso 07 de Dezembro de 2022.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

ARCANJO, Daniela. *Argentina reconhece o cuidado materno como trabalho para aposentadoria*. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/argentina-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-entenda.shtml>>. Acesso em 11 de Dezembro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Apresenta quantidade de homens e mulheres*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

MARCKEZINI, Fábio. Eleições 2010 - Os discursos de Dilma Rouseff e José Serra (Band News). *Arquivo Marckezini – Youtube*, publicado em 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4U9wyZ201GA>. Acesso em 15 de Dezembro de 2022.

OIT. *Mulheres no Trabalho - Tendências 2016*. Disponível em:
<https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_457096/lang--en/index.htm> .
Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

OIT. *Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018*. Disponível em
<https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/trends-for-women2018/WCMS_619603/lang--pt/index.htm>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

OXFAM. *Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Oxfam Brasil, 2020. ISBN 978-1-78748-541-9.

Projeto de Lei nº 2757/2021 - Altera a Lei nº 8213/1991, de 24 de julho de 1991 para dispor sobre a aposentadoria por cuidados maternos. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293477>>. Acesso em 10 de Dezembro de 2022.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio Moreira de;. *Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão*. *Revista Administração em Diálogo*, Vol.16, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2014, p.56-75. ISSN 2178-0080.



Capítulo 6

“Isso não é uma utopia”: princípios comunais, sujeito comum e coletivização da reprodução

Alessandra Ghiorzi¹⁶

Introdução

em meio a tanta destruição, outro mundo vem despontando, como grama nas fendas do asfalto urbano, desafiando a hegemonia do capital e do Estado, afirmando nossa interdependência e nossa capacidade de cooperação

– *Silvia Federici, Reencantando o Mundo*

Na década de 2010, eu estava em um grande evento de acadêmico. O auditório estava lotado de pessoas que possuíam diferentes ligações com aquela ciência. Nas primeiras fileiras, as

¹⁶ Bacharel em Ciências Sociais (UFMT), mestre em Antropologia Social (UFSC) e doutoranda Políticas Públicas (UFRGS). alessandra@ghiorzi.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0923456914757417>

principais autoras e autores da disciplina, ao longo das cadeiras até o fundo do auditório, onde se encontravam pessoas em pé, estavam graduandos, mestrandos, doutorandos e profissionais da área. Na mesa, uma das mulheres mais importantes da disciplina falava, mas sua dicção não parecia clara, sua voz estava baixa e era por vezes abafada por uma criança de pouco mais de dois anos que se revezava entre gritos, choros e batidas em objetos. Eu estava incomodada com a criança, com a palestrante que não falava mais alto e mais claro, com o responsável pelo som que não aumentava o volume e com o cansaço e a ansiedade que esse tipo de evento causa: apresentação de trabalho, expectativa em ser aceita em meu ambiente profissional, poucas horas de sono, longe de casa, muitas horas de debates e análises densas.

Até que a palestrante interrompeu sua fala e, ao microfone, pediu que levassem a criança para fora do auditório. Nesse momento, sua voz saiu clara e nada confusa. Sua fala foi curta, direta e sem pedido de compreensão. Na época, eu era vinculada a um núcleo de pesquisa feminista, então esse assunto circulou entre nossas colegas. Opiniões divergiram. Aquelas que se identificavam como mães *solos* e que participavam do movimento de mães na universidade me explicaram: a criança deve ser integrada ao ambiente, como nas comunidades indígenas; pedir para a criança sair é expulsar a mãe da

sala, negar a uma mulher a possibilidade de partilhar aquele conhecimento. E mais: essa negativa sempre recairá sobre as mulheres mais pobres, seja a mãe que não pode pagar para outra mulher cuidar de sua criança, seja a mulher que recebe para cuidar da criança. Os homens geralmente não entram nesse cálculo, já que sobre eles não pesa a reponsabilidade social do cuidado.

Contudo, a minha preocupação era: a presença da criança não atrapalha o desenvolvimento intelectual da conversa? Tal dúvida só fui externar meses depois para uma colega representante desse movimento em uma conversa particular. Tinha receio de ser excluída por expressar uma questão que me parecia bastante equivocada, mas que marcava fortemente minha subjetividade individualista. No dia do evento eu sabia que não era certo pedir àquela mãe para se retirar da sala. O que eu ainda não sabia era que minha preocupação com um trabalho eficiente, sem distrações, com a maior produtividade possível é que deveria ser convidado a se retirar do auditório e da minha vida. Foi o que minha colega me explicou.

Anos depois, ao entrar em contato com três livros de Silvia Federici (2017, 2019, 2022), essa história ganhou um significado teórico mais bem definido. Arrisco a dizer que, talvez, eu só tenha entendido minimamente a obra dessa autora por já ter passado por uma interlocução com o movimento de mães *solos* e a luta delas para

romper o isolamento da maternidade. Assim, trago aqui nesse capítulo três aspectos da obra de Silvia Federici (2017, 2019, 2022) que não só me ajudam a entender o episódio do auditório com novos olhos, mas também que nos indicam quais são as práticas e os princípios que devem nos guiar se queremos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No primeiro ponto, descreverei algumas das características das relações comunais, seus princípios e formas de regulação. Buscarei, com isso, vislumbrar uma nova sociedade possível. O segundo ponto que abordarei é o processo pelo qual eu precisava passar e, segundo Federici, nossa sociedade precisa transpor: uma mudança de subjetividade, de um sujeito individualista, núcleo do sistema capitalista, para um sujeito comum, capaz de viver e construir uma sociedade comunal. No terceiro ponto, defenderei, seguindo Federici, que é preciso quebrar o isolamento ao qual a reprodução é cercada. É preciso romper a separação entre privado e público, cerne do sistema capitalista, que desvaloriza a esfera reprodutiva-privada e a associa ao feminino e às mulheres.

Segundo Federici (2019, p. 231), “isso não é uma utopia”. Ao longo da história, atualmente e em diversos continentes, existem sujeitos comuns que praticam princípios comunais, constroem organizações comunitárias e fazem da reprodução uma tarefa

coletiva. É disso que se trata boa parte dos três livros de Federici, os quais utilizei para escrever esse capítulo.

Relações comunais: seus princípios e regulações

Silvia Federici descreve variados exemplos de relações comunais ao longo de seus três livros aqui estudados. Esses exemplos por vezes aparecem como estruturas políticas que definem sociedades ou grupos inteiros; outras vezes como traços e fragmentos que resistem em meio a práticas e valores capitalistas. Em certos trechos, “redes de comuns” ultrapassam fronteiras geográficas e ganham “dimensões continentais”, como as da América pré-colonial, que iam do Chile ao Texas; em outros estão presentes em pequenas sociedades (FEDERICI, 2022, p. 137). Às vezes esses exemplos só existem em documentos que retratam um passado longínquo, como o movimento antifeudal; às vezes estão presentes em nosso dia a dia, como a economia solidária, o *software* livre e as licenças *Creative Commons*.

As várias configurações com que as relações comunais se apresentam, o caráter fluido e experimental com que por vezes se apresentam, levou Federici a se negar em anunciá-las como “modelos ideológicos aprioristicamente definidos” (FEDERICI,

2022, p. 36). Afinal, existem tantas formas de relações comunitárias quanto a quantidade de tais relações, inviabilizando uma “postura dogmática” na sua definição (FEDERICI, 2022, p. 36). Nesse sentido, Federici define o “comum” como “um princípio de organização social” (FEDERICI, 2022, p. 36). É um princípio que organiza uma coletividade em prol do compartilhamento de uma propriedade, seja ela natural ou social, material ou imaterial, seja a terra, um conjunto de conhecimentos ou as memórias de um povo.

Os comuns são definidos pela existência de uma propriedade compartilhada, na forma de riqueza natural ou social — terras, águas, florestas, sistemas de conhecimento, competências de cuidado — cuja utilização é destinada a todos os seus integrantes, sem qualquer distinção, e que não está à venda (FEDERICI, 2022, p. 145).

Essa definição proposta pela autora busca enfatizar “não a riqueza material partilhada, mas o compartilhamento em si e as conexões de solidariedade produzidas durante o processo” (FEDERICI, 2022, p. 146). Desse modo, para Federici, “os comuns não são coisas, mas relações sociais” (p. 146).

Compartilhar e se conectar solidariamente são práticas que envolvem princípios e regras variáveis que são decididas pela própria comunidade. Assim, “os comuns operam segundo regulações estabelecidas, estipulando como a riqueza comum deve ser utilizada e cuidada, ou seja, quais devem ser os direitos e

obrigações de seus integrantes” (FEDERICI, 2022, p. 146). Por isso, ao contrário do que se possa pensar, as relações comunais exigem o cumprimento de deveres e responsabilidades, para além do usufruto dos direitos.

Ao estudar diferentes relações comunais, Federici elencou algumas das regras e dos princípios que as organizam. Entre elas, está o método com que essas regulações são definidas: coletivamente.

Os comuns são configurados por processos coletivos de tomada de decisão, através de assembleias e outras formas de democracia direta. As fontes para as tomadas de decisão são: poder popular, poder de baixo para cima, poder advindo de competências testadas e rodízio contínuo dos postos de liderança e de autoridade entre diferentes indivíduos, dependendo das tarefas a serem realizadas. [...]. Partilhar comuns é retomar o poder de tomar, coletivamente, decisões básicas sobre nossa vida (FEDERICI, 2022, p. 148).

Outra característica dessas regulações é que elas jamais serão excludentes. O acesso e a participação tanto no processo de decisão quanto no compartilhamento da riqueza serão sempre igualitários, sem hierarquias e divisões de qualquer ordem. Um exemplo desse tipo de organização assentada na vida comunal foi um dos movimentos que compôs as lutas antifeudais na Idade Média. De acordo com Federici (2017, p. 68), “os movimentos heréticos foram uma tentativa consciente de criar uma sociedade nova”, livre de

hierarquias sociais, autoritarismo, propriedade privada e acumulação de riquezas. A heresia popular defendia “uma democratização radical da vida social”, que abarcava “todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais” (FEDERICI, 2017, p. 70).

Nas comunidades hereges, mulheres e homens eram considerados iguais, sendo que muitos moravam “juntos livremente, como irmãos e irmãs” (FEDERICI, 2017, p. 83). As mulheres “tinham os mesmos direitos que os homens”, ocupando posições importantes dentro das seitas, com “direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais” (FEDERICI, 2017, p. 83). Muitas formaram suas próprias comunidades de mulheres. Outras “desfrutavam de uma vida social e de uma mobilidade (perambulando, pregando) que durante a Idade Média não se encontravam em nenhum outro lugar” (FEDERICI, 2017, p. 83). Seja como for, “as mulheres ocupavam um lugar importante nas seitas” (FEDERICI, 2017, p. 78). Contudo, nem sempre um coletivo que se propôs a partilhar suas riquezas desenvolveu relações igualitárias.

Em alguns grupos comunais estudados por Federici, manteve-se a hierarquia entre mulheres e homens, como é o caso de

“comunidades nativas da África e da América do Sul”, nas quais “as mulheres não têm o direito de participar de assembleias decisórias e correm o risco de ver negado o acesso de seus filhos à terra, porque a adesão aos comuns é estabelecida através de linhagens masculinas” (FEDERICI, 2022, p. 35). No entanto, para a autora, é a existência dessas divisões internas que levam as comunidades a se tornarem vulneráveis à expropriação, pois eles acabam divididos internamente.

Apesar da existência de regras em comunidades comunais, isso não significa que seus membros sejam uniformes; ou seja, que todas as pessoas lidem da mesma maneira com determinado aspecto da vida. Inclusive, Federici aponta que muitos defensores do comum atualmente “rejeitam a imposição de um modelo unitário de vida social e cultural [...] isto é, há muitos caminhos para o comum, que correspondem a nossas diferentes trajetórias culturais e históricas e contextos sociais” (FEDERICI, 2022, p. 37). Ainda falando sobre os movimentos heréticos, no que concerne a essa pluralidade, é exemplar como seus membros encaravam a sexualidade.

[...] enquanto os “perfeitos” se abstinham do coito, não era esperado dos outros membros a prática da abstinência sexual. [...]. Outros hereges atribuía um valor místico ao ato sexual, tratando-o inclusive como um sacramento [...] e pregando que praticar sexo, em vez de abster-se, era a melhor forma de alcançar um estado de inocência. Assim, ironicamente, os hereges

eram perseguidos tanto por serem libertinos quanto por serem ascetas extremos (FEDERICI, 2017, p. 78).

Assim, percebe-se que os princípios e as regulações do compartilhamento comunal envolvem divisão de responsabilidades, direitos, deveres, pluralidade cultural e social, igualdade, processo coletivo de tomada de decisão – para citar alguns. Por sua vez, esse conjunto de regras e princípios exige a formação de um sujeito coletivo, capaz de reconhecer a interdependência, praticar a solidariedade e a cooperação, negociar e debater, resolver conflitos e estabelecer acordos, tendo sempre em vista o bem comum. Essa matriz de subjetividade, que Federici (2019, p. 317) chama de “sujeito comum” se afasta e muito do sujeito individualista do capitalismo.

Sujeitos coletivos: solidariedade e interdependência

Como Silvia Federici (2017, 2019, 2022) mostra, o sistema capitalista tem como uma de suas características promover a divisão entre as pessoas e entre as dimensões da vida humana, ocultando a nossa relação de interdependência e minando a solidariedade existente. Desde a primeira acumulação do capital – os cercamento de terras ocorridos na Europa entre os séculos XVI e XVIII –, as pessoas são expropriadas não só de seus meios de produção, mas

também da organização coletiva a qual pertencem. Na Europa medieval, os espaços e as terras comunais eram fontes de recursos para a reprodução dos camponeses e ambientes de reuniões e festivais que difundiam a sociabilidade campesina. Geridos coletivamente, esses lugares “fomentavam a coesão e a cooperação comunitárias”, “projetando a visão de um mundo em que os bens podem ser compartilhados e a solidariedade [...] pode ser o fundamento das relações sociais” (FEDERICI, 2017, p. 50).

Quando os camponeses foram expulsos da terra e obrigados a ir para as cidades vender sua força de trabalho, uma nova organização social capturou suas vidas e junto com ela uma nova subjetividade passou a se difundir: “o cercamento das terras comunais foram ampliados por meio de um processo de cercamento social: a reprodução dos trabalhadores passou do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público (a terra comunal, a Igreja) para o privado” (FEDERICI, 2017, p. 163). Assim, os sujeitos passaram a se pensar cada vez mais isolados das relações sociais. Nesse trecho, Federici deixa claro o impacto causado nos vínculos sociais por essa primeira acumulação do capital:

A coesão social começou a se decompor, as famílias se desintegraram, os jovens deixaram os vilarejos para se unir a crescente quantidade de vagabundos ou trabalhadores itinerantes — que logo se tornaram o

principal problema social da época —, enquanto os idosos eram abandonados a sua própria sorte (FEDERICI, 2017, p. 139).

Longe de ter sido a única acumulação capitalista, a expropriação é reencenada a todo momento, como demonstrou Federici (2017), desagregando as pessoas e promovendo uma individualização cada vez maior e em mais lugares do mundo, diante do processo de globalização. Um exemplo desse tipo de prática capitalista é a difusão do microcrédito. De acordo com Federici (2022, p. 110), antes de bancos internacionais passarem a emprestar dinheiro aos trabalhadores, estes “faziam empréstimos uns com os outros para sobreviver”, vivendo uma verdadeira “solidariedade comunitária”, de modo que “a dívida costumava funcionar como uma espécie de ajuda mútua”.

Na nova forma de empréstimo, o bancário, as pessoas vivem a dívida de forma isolada, como um problema individual e moral, que as afastam de seus vínculos sociais. Em alguns países da África, por exemplo, os empréstimos são fornecidos a grupos de mulheres de uma mesma comunidade. Assim, se uma delas não paga sua parte na dívida, ela é cobrada pelas suas iguais, o que “leva a uma proliferação de tecnologias disciplinadoras, por meio das quais as mulheres constantemente monitoram e vigiam umas às outras e notificam os gerentes sobre problemas potenciais” (FEDERICI,

2022, p. 113–114). Outro exemplo é o caso das mulheres inadimplentes de Bangladesh, que têm suas panelas confiscadas, “o que representa a vergonha máxima que uma mulher pode sofrer, causando uma perda de prestígio comunitário tão insuportável que pode induzir o marido a abandoná-la e, às vezes, levá-la ao suicídio” (FEDERICI, 2022, p. 115).

Esses e outros tantos exemplos trazidos por Federici me remetem ao fato de que nos tornamos policiais de nós mesmos e de nossos iguais. No episódio do auditório, não foi preciso nenhuma intervenção institucional. Não houve uma saída discreta, chamando um monitor para retirar a mulher do auditório. Nós mesmos nos encarregamos de dizer publicamente àquela mulher que ela deveria sair. Um ato público diante de profissionais renomados e colegas de profissão. Eu me lembro da minha expectativa em ser aceita naquele ambiente, a preocupação com meu futuro profissional, com a imagem que estava transmitindo. Mesmo que ela não sinta nada disso, a vergonha e a exposição funcionaram como um mecanismo de controle social das mulheres. Atenção, serviu de exemplo não apenas para a mulher que foi expulsa, mas para todas que estavam ali, assim como a panela em Bangladesh.

Mas a individuação não é a única característica dessa forma capitalista de subjetividade. Um dos motivadores para a perseguição

da magia no fim da Idade Média foi o seu poder de explicar os fenômenos a partir de fatores externos à ação humana, o que era “uma ameaça para o estabelecimento do princípio da responsabilidade individual” (FEDERICI, 2017, p. 313). Isto é, “a magia relacionava as causas da ação social com as estrelas, o que estava fora de seu alcance e seu controle” (FEDERICI, 2017, p. 260). Um exemplo dessa responsabilização individual pode ser encontrado também da difusão do microcrédito. Segundo Federici, o crédito é cada vez mais utilizado para o financiamento da reprodução (universidade, alimentação, roupas etc.), o que é considerado uma ação de empreendedorismo de si mesmo e de “autoinvestimento”, quando na verdade a dívida é um “instrumento de extração de trabalho” (FEDERICI, 2022, p. 112). Ser empreendedor de si é ser responsável pelo seu futuro; seja ele de sucesso ou de fracasso, será sempre uma questão de mérito e não das estrelas.

[...] desde a década de 1980, orquestra-se uma campanha ideológica que associa a tomada de empréstimos bancários para a própria reprodução como uma forma de empreendedorismo [...] temos milhões de microempresários “investindo” na própria reprodução, mesmo que possuam apenas algumas centenas de dólares, sendo supostamente “livres” para prosperar ou fracassar, de acordo com seu ritmo de trabalho e sua sagacidade (FEDERICI, 2022, p. 112).

Uma sociedade de comuns exige a construção de uma nova matriz de sujeito. Da mesma forma que o sistema capitalista precisou

produzir o sujeito individualista, a sociedade comunal precisa de um sujeito coletivo, o que implica em novos valores internalizados. É nesse sentido que Federici (2019, p. 317) advoga: “de fato, se a ideia de ‘tornar comum’ tem algum sentido, deve ser a produção de nós mesmos como um sujeito comum”. Assim, a vida comunal não pode ser considerada apenas como um projeto externo, um projeto de mudanças das estruturas institucionais, mas uma mudança de subjetividade. O comum deve ser visto como organização social, mas também como princípios a serem praticados, sentidos e vivenciados.

Meu objetivo principal é demonstrar o potencial das relações comunais [...] como um caminho para transformar nossa subjetividade, para que possamos reconhecer, no mundo que nos rodeia — a natureza, as outras pessoas, o mundo animal —, uma fonte de riqueza e conhecimento, e não um perigo (FEDERICI, 2022, p. 129).

Esse sujeito comum, então, é aquele capaz de produzir relações de solidariedade e cooperação fora das lógicas do mercado; participar de redes de apoio ajudando e sendo ajudado, pensando no bem comum e não nos ganhos individuais. Ele sabe que não está sozinho, que as responsabilidades são divididas entre os membros de sua comunidade e que ele próprio tem suas responsabilidades com o grupo e com a natureza. “Na Nigéria, por exemplo, aldeias frequentemente se juntam a fim de pagar os custos necessários para

enviar algumas crianças à escola, com a expectativa de que, depois de formadas, elas ajudem as pessoas em casa, como gesto de retribuição” (FEDERICI, 2022, p. 75–76). Esse é apenas um exemplo de relação de reciprocidade, mas em vários países da África, a comunidade tem um significado de solidariedade muito maior:

Mesmo quando urbanizados, muitos africanos e africanas têm expectativa de obter apoio de suas aldeias, onde podem conseguir comida em meio a uma greve, para onde podem retornar na velhice e onde podem obter, de um chefe local, um pedaço de terra não utilizada para cultivar, ou ainda, quando não possuem mais nada, onde podem arranjar um prato de sopa oferecido por vizinhos e parentes. A aldeia é o símbolo de uma organização de vida comunal (FEDERICI, 2022, p. 75).

O sujeito comum reconhece a interdependência que têm das pessoas e da natureza, sabe que sua vida não depende só de si e age de acordo com esse valor: “no coração dos comuns, existe um profundo senso de responsabilidade em relação às outras pessoas e à terra, e que criar o comum é juntar as partes de nossa vida social que foram fragmentadas pelo capitalismo” (FEDERICI, 2022, p. 24). Um exemplo de responsabilidade coletiva é o caso do movimento das *Piqueteras* na Argentina. Em 2002, diante da crise econômica, trabalhadoras fecharam as ruas e montaram acampamentos, onde passaram a realizar atividades políticas e de reprodução de forma

coletiva: “cozinhando, limpando, tomando conta das crianças e sustentando as relações sociais” (FEDERICI, 2022, p. 185). Após o fim das manifestações, a coletivização da reprodução e das decisões políticas se mantiveram. Lutando contra a pobreza, essas mulheres “estão criando novos espaços que não pertencem a ninguém, nos quais as decisões a respeito da reprodução da vida cotidiana são tomadas coletivamente, incluindo o fornecimento de serviços para todos os que contribuem” (FEDERICI, 2022, p. 187)

Esse processo de mudança da subjetividade exige o investimento de tempo e dedicação na “educação para a governança coletiva” (FEDERICI, 2019, p. 318). Contudo, é próprio do capitalismo a racionalização do tempo e dos esforços. O sistema capitalista exige uma nova forma de trabalho, que foi engendrada pelo que Federici chama de “ciência capitalista do trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 253). A partir dessa concepção, o corpo passou a ser visto como máquina com o objetivo de maximizar “sua utilidade social” (p. 252). Assim: “fazer do próprio corpo uma realidade alheia que se deve avaliar, desenvolver e manter na linha, com o fim de obter dele os resultados desejados, se convertia em uma característica típica do indivíduo moldado pela disciplina do trabalho capitalista” (p.277).

Essa visão utilitarista, de eficiência extrema, foi o que me impediu de não me incomodar com a criança no auditório. Acreditar que todo trabalho deve ser desenvolvido da maneira mais eficiente possível é encarar o corpo como máquina; é desconsiderar que é preciso dedicar tempo ao afeto, à solidariedade e à cooperação, como me ensina Federici. O trabalho naquele evento se tornou mais importante do que nossa relação de solidariedade com aquela mulher. A teoria produzida ali vale mais que o bem-estar dela? Para quem estamos produzindo todas essas teorias senão para aquela criança?

A partilha de comuns é uma prática que parece ineficiente aos olhos capitalistas. É a disposição de gastar mais tempo em trabalhos de cooperação, discutindo, negociando e aprendendo a lidar com conflitos e desacordos. Ainda assim, essa é a única forma possível de se construir uma comunidade na qual as pessoas entendam que a interdependência é essencial (FEDERICI, 2022, p. 146).

Nesse sentido, é incongruente com as relações comunais esse sujeito individualista que se pensa isolado das relações sociais e da natureza, responsável pelo seu futuro e dominado pela lógica produtivista. Pensar um sujeito comum desafia essa concepção de indivíduo, porque exige empregar tempo e dedicação onde normalmente acreditamos ser perda de tempo.

Reprodução: um trabalho coletivo

Silvia Federici (2017, 2019, 2022) defende que a acumulação capitalista exige a acumulação do trabalho. Assim, quanto maior o barateamento dessa atividade maior o lucro capitalista, de modo que o empobrecimento e a miséria dos trabalhadores aumentam o ganho financeiro daqueles que exploram a mão de obra. Em outras palavras: quanto mais barato pagarem pelo trabalho, maior será o lucro. A questão é que o trabalho reprodutivo não é barato, ele é de graça. Há uma exploração extrema desse tipo de trabalho, a despeito do seu comprovado lucro para o capital. A reprodução envolve uma série de atividades que sustentam a produção da vida e sem ela não seria possível nenhum outro tipo de trabalho, muito menos o acúmulo de riqueza. Lavar, limpar, cozinhar, alimentar, vestir, cuidar, abraçar, conversar, dar afeto etc. são necessidades presentes em todos os seres humanos.

Para que se difundisse a ideia de que o trabalho reprodutivo não produz riqueza para o capital, foi feita uma desvalorização dessa atividade. Essa desvalorização faz parte de um sistema de crenças que separa a sociedade em duas esferas: a pública e a privada. Promove assim, o que Federici (2019, p. 319) chama de “fragmentação” da vida social e estabelece a divisão sexual e social

do trabalho: mulheres-privado e homens-público. “Está profundamente esculpido na nossa consciência coletiva que as mulheres foram destinadas a ser os comuns dos homens, uma fonte natural de riqueza e serviços a ser livremente apropriada por eles” (FEDERICI, 2019, p. 322–323).

Contudo, os movimentos feministas há tempos vêm defendendo que o pessoal é político; argumentam em favor de desassociar as atividades da esfera privada ao feminino e às mulheres. Afinal, a reprodução diz respeito a todos. É questionando essa divisão que Federici (2019, p. 318) propõe uma sociedade de comuns que seja capaz de coletivizar “nosso trabalho cotidiano de reprodução”.

Sendo assim,

[...] são as mulheres, historicamente trabalhadoras e prisioneiras da casa, que precisam assumir a iniciativa de retomar a casa como um centro de vida coletiva, atravessado por múltiplas pessoas e formas de cooperação, oferecendo segurança sem isolamento ou fixação, permitindo o compartilhamento e a circulação de posses comunitárias e, acima de tudo, oferecendo uma base para formas coletivas de reprodução (FEDERICI, 2019, p. 321–322).

Alguns exemplos dessas formas de coletivização da reprodução são trazidas por Federici. Na Itália, por exemplo, há o caso de idosos que partilham a mesma moradia, “quando não podem contar com a família ou contratar um cuidador” (FEDERICI, 2019,

p. 276). Eles “unem esforços e recursos”, produzem “formas comunitárias de habitação baseadas em ‘contratos de solidariedade’” (p. 276). Outro exemplo são as cozinhas comunitárias e os domicílios cooperativos organizados pelas “feministas materialistas” do século XIX nos Estados Unidos (p. 322), e a organização das mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil:

quando suas comunidades conquistaram o direito de manter a terra que ocupavam, [elas] insistiram que as novas casas deveriam ser construídas de modo a formar um só complexo, para que elas pudessem continuar compartilhando o trabalho doméstico, lavando e cozinhando juntas, revezando com os homens, como haviam feito durante a luta, e estar prontas para correr e dar apoio umas às outras se sofressem violência por parte dos maridos (FEDERICI, 2019, p. 323).

Ler o caso do auditório à luz da teoria de Federici me faz pensar que a expulsão daquela mulher é a reafirmação do isolamento das mulheres no espaço privado. Naquele momento, foi remarcada a divisão da vida entre público e privado e registrado na memória de todos que estavam ali que as mulheres estão destinadas ao ambiente doméstico.

Não consigo pensar em formas como aquela criança poderia ter sido integrada à dinâmica do debate científico. Apesar de existirem creches nesses eventos, por algum motivo aquela mulher não havia obtido uma vaga, o que acontece com certa frequência.

Seja como for, ela estava lá com seu filho e nada poderia diminuir a legitimidade de sua presença. Hoje penso que mesmo a criança atrapalhando a fala da palestrante, ela deveria ter sido, no mínimo, aceita no ambiente, pois mais do que a criança o que atrapalhava o bom andamento do debate era a dicção da oradora e sua fala baixa. Nem por isso, pedimos para trocar a palestrante.

Considerações finais

Ao ler a obra de Silvia Federici, concluo que a vida comunal é algo para ser experienciada hoje e não um projeto que se concretizará apenas quando a revolução chegar. Os inúmeros exemplos trazidos pela autora não retratam apenas grandes sociedades comunais, mas revelam também experiências e iniciativas de compartilhamento de riqueza bastante incipientes, restritas a pequenos grupos e coletivos.

Se o que se quer é a superação da sociedade capitalista para se chegar a uma sociedade de comuns, é preciso incorporar os princípios comunais nas atividades diárias e caminhar em direção a uma subjetividade que seja capaz de lidar com a realidade almejada. É preciso se permitir pertencer a coletivos de cooperação e solidariedade, que compartilham diferentes tipos de atividades e

riquezas. É preciso desacelerar, perder a pressa, renunciar ao utilitarismo quando se escolher quais atividades serão realizadas e à maximização da produção em detrimento das relações de afeto, igualdade e solidariedade. Apenas nesse processo se aprenderá a ser um sujeito comum, que sabe dialogar, dividir riquezas e responsabilidades e pensar no bem coletivo para além do individual. Por isso, se o que se quer é uma sociedade de comuns, é preciso começar agora, com a mulher que entrou no auditório acompanhada de seu filho de dois anos.

Referência

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante Editora, 2022.



Sobre as autoras

Julice Salvagni

(organização)

Doutora em Sociologia pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e da Escola de Administração da UFRGS. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. E-mail: julicesalvagni@gmail.com

Alessandra Ghiorzi

Bacharel em Ciências Sociais (UFMT), mestre em Antropologia Social (UFSC) e doutoranda Políticas Públicas (UFRGS). alessandra@ghiorzi.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0923456914757417>

Ana Cláudia de Moura Cabral

Mestranda em Artes Visuais, com ênfase em História, Teoria e Crítica, pelo PPGAV/UFRGS (bolsista CAPES). Bacharela em História da Arte e Licencianda em Artes Visuais, ambos pela UFRGS. E-mail: moura.cabral@ufrgs.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2830151352884255>

Bárbara Birk de Mello

Graduada em História e mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Link para acessar o currículo: <http://lattes.cnpq.br/9353720538540824> E-mail: barabarabmello@gmail.com

Lucélia Amaral Gomes

Assistente social formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista Lato Sensu em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Assistente social na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS. lugomes@caxias.rs.gov.br <https://lattes.cnpq.br/9139456334615573>

Maira de Souza Ricardo

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista pela Capes e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). E-mail: mairasouzars@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5547338650594305>

Regina Weber

Especialista em Administração Pública pela Escola de Administração da UFRGS e Bacharel em Administração pela UFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8472988488064709>. E-mail: reginaaweber@ufrgs.br

Gest
Ações

Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

